

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Glaiton Tizzato da Silva

**ATUAÇÃO DA CASA DO TRABALHADOR NO MUNICÍPIO DE SÃO
FRANCISCO DE PAULA/RS NO PERÍODO DE 2009 A 2011**

São Francisco de Paula

2012

Glaiton Tizzato da Silva

**ATUAÇÃO DA CASA DO TRABALHADOR NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO
DE PAULA/RS NO PERÍODO DE 2009 A 2011**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Diogo Joel Demarco

Tutor Orientador: Prof.^a Karen Sá

São Francisco de Paula

2012

Glaiton Tizzato da Silva

**ATUAÇÃO DA CASA DO TRABALHADOR NO MUNICÍPIO DE SÃO
FRANCISCO DE PAULA/RS NO PERÍODO DE 2009 A 2011**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração.

Aprovado em _____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.

Prof.

*À minha mãe, pelo seu exemplo de vida, amor e dedicação a mim e a nossa família;
ao meu pai em memória, por seus ensinamentos e todo o esforço dedicado
ao meu crescimento e minha formação; aos meus filhos, que estiveram
ao meu lado, possibilitando o meu melhor desempenho.*

AGRADECIMENTOS

Á minha mãe Izabel dos Santos Silva, por toda a dedicação, apoio, carinho e incentivo ao longo destes anos.

Á minha irmã Glaionara Tizzato da Silva, que sempre me apoiou quando precisei e a todos os amigos e colegas que contribuíram comigo, tendo sempre uma palavra de incentivo e um gesto de carinho.

Aos meus filhos Gladson Tizzato da Silva, Glaiton Tizzato da Silva Júnior e Glauber Tizzato da Silva, que sempre me acompanharam e tiveram ao meu lado.

Aos Professores Diogo Joel Demarco e Karen Sá, pela dedicação e auxílio prestados ao longo da trajetória do trabalho acadêmico.

Aos professores do curso e todas as demais pessoas que contribuíram para com a realização desta pesquisa.

*“ Procure descobrir
o seu caminho na vida.
Ninguém é responsável
por nosso destino,
a não ser nós mesmos.”*

Chico Xavier

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo, relatar e analisar a experiência da atuação da Casa do Trabalhador no Município de São Francisco de Paula/RS frente ao atendimento das necessidades de empregados e empregadores no período de março de 2009 a junho de 2011. Várias são as formas das empresas disporem as vagas de emprego no município de São Francisco de Paula, dentre elas destaca-se a Casa do Trabalhador, criada em março de 2009, com objetivo de buscar novas empresas e fomentar cursos profissionalizantes, para colocar ou recolocar o trabalhador no mercado de trabalho, amenizando o desemprego no município.

Para atingir o objetivo desse trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória, desenvolvida mediante técnicas de levantamento bibliográfico, documental, técnica de estudo de caso. Sua abordagem se dá através do método quantitativo, que se apresentará em cinco capítulos. Com efeito, a presente pesquisa identificou com base no cadastro dos trabalhadores da Casa do Trabalhador, que as áreas de mercado de trabalho no município de São Francisco de Paula que possuem maior procura foram o setor secundário (indústrias de madeiras e calçados), bem como é o setor com maior número de oferta de trabalho e também o mais procurado pelos trabalhadores, seguidos de setor terciário (comércio e serviço) e primário (pecuária e silvicultura), evidenciando uma retração desse segmento da economia local.

Palavras-Chave: Intermediação de mão de obra. Desemprego. Qualificação. Intervenção.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa de São Francisco de Paula.....	13
Figura 02 - Casa do Trabalhador de SFP.....	29
Gráfico 01 - Idade dos empregados.....	32
Gráfico 02 - Segmento de atuação.....	33
Gráfico 03 - Empregados em busca de emprego SFP.....	34
Gráfico 04 - Setor da economia procurado pelos empregados na busca de emprego.....	35
Gráfico 05 - Importância dos cursos de qualificação do empregado para atuar na vaga pretendida.....	36
Gráfico 06 - Opinião dos empregados sobre os cursos de capacitação ou qualificação oferecidos pela CT.....	37
Gráfico 07 - Impacto da criação da CT para os empregados.....	38
Gráfico 08 - Como o empregado avalia os serviços prestados pela CT.....	39
Gráfico 09 - Necessidades do empregado na busca de emprego, segundo a percepção dos empregadores.....	41
Gráfico 10 - Setor da economia que o empregador procura com mais frequência.....	42
Gráfico 11 - Principais necessidades do empregador na busca de trabalhadores.....	43
Gráfico 12 - Importância que o empregado tenha cursos de qualificação para atuar na vaga oferecida.....	44
Gráfico 13 - Importância dos cursos de capacitação e qualificação ofertados pela CT.....	45
Gráfico 14 - Impacto da criação da Casa do Trabalhador na vida dos trabalhadores como empregador.....	46
Gráfico 15 - Impacto da Casa do Trabalhador para a empresa.....	48
Gráfico 16 - Como o empregador avalia o trabalho da Casa do Trabalhador.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCIR	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CIT	Centro Integrado do Trabalhador
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COMDICA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CT	Casa do Trabalhador
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
IBGE	Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNQ	Programa Nacional de Qualificação
Proep	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de aprendizagem Comercial
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SPE	Sistema Público de Emprego
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
UERGS	Universidade do Estado do Rio Grande do Sul
UNISAÚDE	Unidade Móvel de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	OBJETIVOS	11
1.1.1	Geral	11
1.1.2	Específicos	11
1.2	JUSTIFICATIVA.....	12
1.3	DESCRIÇÕES DO FENÔMENO E PROBLEMÁTICA DO ESTUDO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE AO DESEMPREGO	16
2.2	INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	19
2.3	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	21
2.3.1	Inserção do jovem no mercado de trabalho	21
2.3.2	Qualificação Profissional	23
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	29
4.1	CENÁRIO DA PESQUISA.....	29
4.2	INTERPRETAÇÃO E RESULTADOS DA PESQUISA.....	31
4.2.1	Análise dos Empregados	31
4.2.2	Análise dos Empregadores	41
5	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	51
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54
	ANEXO A - FICHA CADASTRAL DE CANDIDATO	57
	APÊNDICE A - ENTREVISTA GESTOR CT	58
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA OS EMPREGADOS	59
	APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA OS EMPREGADORES	61

1 INTRODUÇÃO

São Francisco de Paula segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui 20.537 mil habitantes (IBGE, 2007), sendo que aproximadamente 10 mil habitantes estão aptos e em idade de atividade laboral. O município tem como principais atividades econômicas a produção e beneficiamento da madeira; fábricas de calçados, setor que emprega em torno de 800 funcionários; o comércio local, formado por bancos, farmácias, supermercados, escritórios, lojas e atividades de prestação de serviços, emprega o restante dos profissionais.

A Casa do Trabalhador no município de São Francisco de Paula foi criada em março de 2009, com o nome de Centro Integrado do Trabalhador (CIT), a partir de agosto de 2011, passou a se chamar Casa do Trabalhador (CT). Criada para atender a comunidade local nas questões relacionadas ao mercado de trabalho que procura atender as necessidades do empregado e do empregador. Atualmente a CT atende diariamente em torno de 40 pessoas, estando organizadas em cinco setores, quais sejam:

- a) Indústria e Comércio,
- b) Intermediação de Mão de obra;
- c) Confecção da Carteira de Trabalho e INCRA;
- d) Carteira de Identidade e Alistamento Militar;
- e) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA);
- f) Auditório da Casa do Trabalhador.

Nessa perspectiva a Casa do Trabalhador, é o órgão responsável pela definição, execução e avaliação da política municipal de desenvolvimento, em consonância com o Plano Diretor do Município, promovendo ações voltadas para o desenvolvimento industrial, comercial e de geração de emprego e renda; divulgação dos potenciais econômicos do Município, articuladamente com outras unidades administrativas; incentivo à instalação, ampliação e modernização de empreendimentos voltados para o desenvolvimento econômico do Município; estímulo e apoio à pequena e média empresa e à instalação de distritos industriais; promoção de parcerias, envolvendo os estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços do Município; articulação com organismos federais e estaduais, organizações não governamentais e entidades privadas com o objetivo de aumentar a oferta de emprego no Município; outras competências afins para o bom desenvolvimento do Município.

As recolocações no mercado são de acordo com a procura, pois existem trabalhadores, que podem utilizar o seguro desemprego e o fazem até completar o período. A CT possui um cadastro atualizado das empresas a nível municipal e as empresas da região que absorvem trabalhadores, um canal aberto que as empresas assim que surge uma vaga, comunicam para agendarmos a seleção com divulgação via rádio comunitária, ou, conforme o caso utiliza-se o cadastro de trabalhadores de acordo com o currículo solicitado e é feito o devido encaminhamento para a empresa.

Nessa perspectiva a CT tende a buscar mais diversificação com relação à formação de mão de obra, para poder colocar mais pessoas no mercado e até mesmo um novo modelo de empresa para o município.

1.1 OBJETIVOS

A seguir estão apresentados os objetivos gerais e específicos.

1.1.1 Geral

Relatar a experiência da atuação da Casa do Trabalhador no Município de São Francisco de Paula/RS frente ao atendimento das necessidades de empregados e empregadores no período de março de 2009 a junho de 2011, e realizar uma proposta de intervenção.

1.1.2 Específicos

Os objetivos específicos são:

- a) Com base no cadastro dos trabalhadores da Casa do Trabalhador, identificar quais as áreas de mercado de trabalho no município de São Francisco de Paula possui maior procura;
- b) Avaliar junto aos empresários locais e trabalhadores quais as maiores dificuldades para a consolidação da atuação da Casa do Trabalhador;
- c) Analisar a percepção dos empresários e trabalhadores sobre as demandas de qualificação e profissionalização na Casa do Trabalhador.

1.2 JUSTIFICATIVA

Este trabalho abordará um estudo de caso, sobre a CT no município de São Francisco de Paula, município da serra gaúcha, situado a 112 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Pertence a região Campos de Cima da Serra, e está a 945 metros acima do nível do mar.

A extensão territorial do município é de 3.289,70 km² onde 190km² é de área urbana e 3.099,70 km² de área rural. Seu perfil econômico é baseado na Indústria de Calçados, Indústria de Madeiras e agropecuária.

A CT objeto desse estudo é um órgão municipal vinculado a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social, criada em março de 2009, para atender as deficiências de trabalho no município de São Francisco de Paula. Tem por objetivo a intermediar a reinserção de mão de obra no mercado de trabalho atuando como um banco de currículos e posto de atendimento, emitindo carteiras de trabalho, captando vagas no mercado e qualificando profissionalmente, nos mais diversos setores da economia local, tais como: hotelaria, restaurantes, agropecuária, calçadista, visando realizar um trabalho de recrutamento e seleção de pessoas para os cargos e vagas.

A importância da intermediação de mão de obra para o município de São Francisco de Paula é resultado da política da gestão municipal em face de graves problemas de desemprego na região, principalmente da população jovem com idade laboral.

Nesse sentido o município de São Francisco de Paula tem na geração de novas oportunidades e postos de trabalho um dos seus principais desafios, reduzindo dessa forma o êxodo de jovens para outros centros urbanos e elevar a qualidade de vida da população.

Este estudo se justifica, pois não há estudos sobre o mercado de trabalho local, com isso se quer contribuir com a descrição, análise e consolidação desta experiência.

1.3 DESCRIÇÕES DO FENÔMENO E PROBLEMÁTICA DO ESTUDO

São Francisco de Paula segundo o IBGE (2007) possui 20.537 habitantes, e ocupa a 93^a (nonagésima terceira) posição de cidade mais populosa no estado do Rio Grande do Sul e a 1462^a no Brasil.

Possui uma área de 3.289,70 km², localizada na Encosta inferior Nordeste do estado e fica a 112 km de Porto Alegre, suas principais vias de acesso são pela RS 020, Cambará do Sul; RST 453 - Rota do Sol, Caxias do Sul e Vacaria; RS 020 via Taquara e Porto Alegre; RS

235 via Canela e Gramado; RS 110 via Bom Jesus e Jaquirana. Suas divisas são Bom Jesus (ao norte); Rolante e Taquara (sul), Cambará (leste) e Canela e Três Coroas (a oeste), conforme a figura 01.

Figura 01 - Mapa de São Francisco de Paula



Fonte: Google Maps (2012)

Pela sua área (quarto maior do estado), o município de São Francisco de Paula apresenta uma situação diferenciada, principalmente referente às potencialidades para um desenvolvimento sustentável. A biodiversidade da região merece atenção internacional por sua riqueza e singularidade. As ricas fauna e flora, bem como as belas paisagens naturais e a cultura serrana, são considerados fatores importantes de incentivo ao ecoturismo, às atividades de lazer e aos eventos vinculados ao meio rural. (RIBEIRO, 2010)

Na área da saúde o município possui um hospital, que dispõe de 60 leitos; 10 Postos de Saúde: 06 no interior e 04 na sede do município; 01 Unidade Móvel de Saúde (UNISAÚDE), ônibus com gabinete odontológico e gabinete médico. Em 07 de julho de 2005 foi aprovada a implantação no município de uma unidade do Programa Farmácia Popular do Brasil. (PREFEITURA..., 2012 [Dados da Cidade]).

Na área da educação possui 27 Escolas Municipais; 15 Escolas Estaduais. Dentre estas se destacam 01 escola Estadual de Ensino Médio; 01 Escola de Educação Especial (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais -APAE). Além de possuir 01 Escola

particular de ensino médio (Colégio Expressão). Em nível de ensino superior, possui 01 núcleo da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS), tendo os cursos de Pedagogia e Tecnologia em Meio Ambiente, com 210 alunos. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é uma parceira do Ministério da Educação (MEC) /Secretaria de Educação à Distância, das Instituições de Ensino Superiores Federais e, no caso de São Francisco de Paula, existe um Pólo com convênio junto a Prefeitura Municipal, com 11 cursos de Ensino Superior, das Universidades Federais de Santa Maria, Pelotas, Porto Alegre e Universidade de Federal de Santa Catarina, e mais dois cursos do Instituto Federal de Bento Gonçalves, totalizando 800 alunos, (PREFEITURA..., 2012 [SMEC]).

Também o município conta com o Projeto Escola de Fábrica (Cursos de Qualificação Profissional, Governo Federal). Os cursos já desenvolvidos são: Hotelaria e Turismo, Comércio e Serviços, Indústria de Calçados, Indústria de Malharia e Manufatura da Madeira. (PREFEITURA..., 2012 [Dados da Cidade]).

Atualmente os cursos oferecidos são: Condutor e Guia Turístico, Garçons e Camareiras, Turismo e Hotelaria, Jardinagem e Paisagismo, Construção de Móveis e Artefatos de Madeira, Serviços de Informática, Qualidade no Atendimento Comercial e Recreação Infantil. (PREFEITURA..., 2012 [Dados da Cidade]).

O município dispõe de um Distrito Industrial, localizado na RS 020, de 42,7 ha, com terrenos situados à margem da rodovia, com infraestrutura de energia elétrica e água. (VISÃO, 2012)

Entre as principais atividades econômicas da região, destaca-se a pecuária, a fruticultura e o reflorestamento, além de também possuir o turismo como atividade presente em sua economia.

Desse modo o setor primário (agropecuária) corresponde por 44,19% da atividade do município que está distribuída na Pecuária: 287.660 ha (incluídos em torno de 20.000 ha de mata nativa); Silvicultura: 45.000 ha; Olericultura e fruticultura: 3.545 ha; Grãos: 2.695 ha. (RIO GRANDE DO SUL, 2012 [SeFaz]).

O setor secundário (indústrias de madeiras, calçados e confecções corresponde a 24,21%; o setor terciário) comércio e serviços: 31,60%; Indústria de transformação 10,05%; Comércio 16,67%; Reflorestamento 14,16%; Turismo e serviços 14,88%. Dos principais segmentos a Indústria e comércio de madeiras possuem 85 estabelecimentos comerciais; Indústria de calçados 14; Indústria de confecções 12. (RIO GRANDE DO SUL, 2012 [SeFaz]).

Por outro lado, segundo Ribeiro (2010), em seu estudo realizado no período de 2000 a 2008, constatou que no município de São Francisco de Paula está ocorrendo uma diminuição da representatividade do terceiro setor que caiu de 51,71% em 2000 para 46,52% em 2008, do contrário, um expressivo aumento do setor primário de 32,11% para 43,73%, igualando praticamente com o setor de serviços. Já o setor industrial, que possui 16,8% em 2000 perdeu espaço para a agropecuária passando para 9,75%.

O município desenvolve a atividade da produção e beneficiamento da madeira; fábricas de calçados onde emprega em torno de 800 funcionários. O comércio local é formado por bancos, farmácias, supermercados, escritórios, lojas e atividades de prestação de serviços, empregam o restante dos profissionais.

Com base no cenário apresentado, faz-se necessário um estudo no cenário empresarial no sentido de qualificar pessoas para que o município possa desenvolver significativamente sua economia local nas diversas áreas citadas neste contexto. Seguindo esta concepção a Casa do Trabalhador criada em março de 2009 busca, além de atrair novas empresas, fomentar cursos profissionalizantes, para colocar ou recolocar o trabalhador no mercado de trabalho.

Nesse sentido com base no exposto, na análise da Casa do Trabalhador de São Francisco de Paula, surgem as seguintes problemáticas deste estudo:

- a) Quais são as principais necessidades dos empregados na busca por emprego no município de SFP?
- b) Quais as principais necessidades das empresas na busca por trabalhadores?
- c) Qual o impacto da criação da Casa do Trabalhador na vida dos trabalhadores?
- d) Qual o impacto da criação da Casa do Trabalhador nas empresas?
- e) Como é feita a captação de novas empresas para o município?
- f) Quais as dificuldades/problemas enfrentados para o funcionamento da CT?
- g) Qual a relação da Casa do Trabalhador com os empregadores, com os trabalhadores e com o executivo municipal?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo abordará os referenciais teóricos que objetiva esclarecer conceitos sobre a importância da intermediação de mão de obra no atual cenário da política de combate ao desemprego. Dividido em três seções, abordará distintamente: políticas públicas, a intermediação de mão de obra e a qualificação profissional como forma de inserção e reinserção de jovens no mercado de trabalho.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE AO DESEMPREGO

A partir da globalização e com o visível processo de aceleração de informações, da ampliação dos mercados e dos avanços tecnológicos, fazem com que as imagens das organizações tanto pública como privada se expandam rompendo barreiras e ganhando espaços até então limitados. Esse cenário de constantes e rápidas mudanças também se evidencia no órgão público, haja vista que o setor público vem passando por profundas transformações, em busca de excelência na gestão de sua administração.

Ciente de suas responsabilidades o município de São Francisco de Paula ao instituir a Casa do Trabalhador como uma política pública voltada à inserção e reinserção de mão de obra oportuniza uma maior aproximação entre empregado e empregador, apresentado soluções práticas aos graves problemas do desemprego da região. Como instrumento de política pública de combate ao desemprego, a intermediação de mão de obra assume a natureza de serviço público gratuito prestado pela Casa do Trabalhador.

A gratuidade dos serviços do Sistema Público de Emprego (SPE), no caso em questão a CT do município de São Francisco de Paula, está expressa desde 1948, a Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde definiu as normas sobre o funcionamento e a manutenção do serviço público e gratuito de emprego aos países membros.

As políticas públicas são as ações empreendidas pelo Estado para satisfazer as necessidades da sociedade em termos de distribuição e redistribuição das riquezas, dos bens e serviços sociais no âmbito federal, estadual e municipal. São políticas de economia, educação, saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia, trabalho etc. Para Cunha e Cunha (2002, p. 12), “[...] as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo.”

Com as mudanças do mercado de trabalho que se iniciou no século XXI, onde somente a qualificação não é suficiente para conseguir um emprego, aumentou consideravelmente a procura de trabalhadores às Agências Públicas e Privadas de empregos.

No que tange ao desemprego, de acordo com Zylberstajn e Balbinotto Neto (1999) varia de acordo com as características e peculiaridades de cada região, país, do indivíduo, das indústrias entre outras características. Por sua vez, as políticas de combate ao desemprego podem ser classificadas em dois grandes grupos segundo os autores: as políticas passivas e ativas:

[...] as políticas passivas são as que consideram como dado o nível de desemprego, e têm como objetivo principal assistir o trabalhador desempregado e/ou sua família. Como exemplo destas políticas destacamos o seguro-desemprego, a indenização por demissão e a redução da jornada de trabalho. Já as políticas ativas têm como objetivo melhorar o desempenho do mercado de trabalho e atender os indivíduos desempregados. Podem ser divididas em três grandes categorias, a) políticas de oferta, que privilegiem investimentos em educação e treinamento, a fim de melhorar as habilidades de grupos desfavorecidos; b) políticas de demanda, que procuram estimular o aumento do emprego por meio da criação direta de empregos no setor público ou mediante subsídios salariais para o setor privado e; c) políticas que melhorem o fluxo de informações do mercado de trabalho bem como de assistência na busca de emprego, com a finalidade de aumentar a eficiência do matching (casamento) entre as firmas e os trabalhadores (ZYLBERSTAJN; BALBINOTTO NETO, 1999, p. 130-131).

Segundo Zylberstajn e Balbinotto Neto (1999), os programas têm por objetivo:

[...] Em primeiro lugar, reduzir o desemprego estrutural e friccional, para que a economia opere com uma menor taxa de desemprego, sem provocar pressões inflacionárias. Em segundo lugar, melhorar os salários e o emprego de grupos específicos, tais como jovens e os que estão entrando pela primeira vez no mercado de trabalho. As políticas passivas dominaram a formulação de políticas de emprego até recentemente (ZYLBERSTAJN; BALBITTO NETO, 1999, p. 131).

Por outro lado afirmam os autores que hoje em dia é consenso na literatura que devem ser adotadas cada vez mais as políticas ativas, uma vez que estas visam capacitar o indivíduo desempregado e recolocá-lo no mercado de trabalho com mais condições de permanecer nele.

No entanto foi na década de 70 que o Sistema Público de Emprego ganhou fôlego, com a intenção de combater o desemprego vivido no período pós-guerra (BRASIL, 2002, p. 13).

O Brasil por sua vez, dando cumprimento às determinações da Convenção da OIT, na mesma década, criou o Sistema Nacional de Emprego (SINE), decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975. Nessa perspectiva o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nas suas atribuições legais usa a forma de administração descentralizada para formar parcerias com os

governos estaduais, com as entidades sem fins lucrativos, representantes de trabalhadores – entidades sindicais (BRASIL, 2002).

Nesse caso é realizado um convênio de cooperação técnica-financeira que irá custear os investimentos para a sua operacionalização do SINE (BRASIL, 2002).

Outra importante iniciativa do governo no combate ao desemprego devido a grandes pressões dos movimentos sociais foi à criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que subsidia o pagamento do seguro-desemprego, além da criação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), atuando com gestor do FAT, onde reúne representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores.

Segundo Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2012 [Emprego...]):

Com a promulgação da Constituição de 1988, o Programa do Seguro-Desemprego passou a integrar a seguridade social, garantido pelo inciso II, art. 7º, “Dos Direitos Sociais”, constituindo-se em direito dos trabalhadores urbanos e rurais, bem como, assegurou em seu art. 239, fonte de financiamento específica.

Outro meio para combater o desemprego foi o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), criado em 1994 pelo CODEFAT coordenado pelo MTE. O grande propósito do PROGER é conceder linhas de crédito a pessoas que querem ter seu próprio negócio e possuem acesso restrito junto aos agentes financeiros. Dessa forma o governo garante emprego e renda a esse contingente de trabalhadores que saem da economia informal (BRASIL, 2002).

Por outro lado, outra grande ação governamental na esfera de acessibilidade a jovens em idade produtiva de trabalho foi à política do primeiro emprego, instituída pela Lei nº 10.748 de 22 de outubro de 2003¹, com o propósito de inserir jovens sem experiência profissional na idade de 16 a 24 anos no mercado de trabalho, cuja renda familiar por pessoa não ultrapasse a meio salário mínimo, necessitando ainda estar matriculado ou freqüentando o ensino fundamental ou médio.

Sobre o problema do desemprego, sabe-se que, universalmente, ele tende a ser mais acentuado entre os jovens que entram no mercado de trabalho do que entre o restante da população. No Brasil, os jovens entre 15 e 24 anos, apresentam taxas de desemprego

¹Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, vinculado a ações dirigidas à promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, ao fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda, objetivando, especialmente, promover:

I - a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda; e

II - a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social. (BRASIL, 2003 [Lei 10.748]).

substancialmente maiores que as dos trabalhadores adultos; em 2006, enquanto a taxa de desemprego era de 5% entre os adultos de 30 a 59 anos, observavam-se índices de 22,6% entre os jovens de 15 a 17 anos, 16,7% entre 18 e 24 anos, e 9,5% entre 25 e 29 anos. Não se nota nenhuma tendência de aproximação entre as taxas de desemprego de jovens e não jovens, ao contrário, a taxa de desemprego dos jovens é proporcionalmente maior (BRASIL, 2008 [IPEA]).

No entanto, existem várias políticas voltadas a favorecer a inserção dos jovens no mercado de trabalho, que podem ser divididas em três tipos: formação profissional; incentivo à contratação; e normativas, que serão vista num item específico desse trabalho.

Pelo exposto observa-se que as políticas públicas de combate de desemprego, são ações governamentais onde o Estado intervém na ordem econômica como uma expressão do Estado Social, que pode definir a função e até mesmo do conteúdo de determinados direitos, nascendo daí a idéia de pleno emprego (SANTOS, [2012]). O pleno emprego foi defendido por alguns doutrinadores como a exemplo de Delgado (2007) como uma sociedade fundada no direito do trabalho remunerado, digno, relacionado intrinsecamente com o direito à vida. Desta forma cabe ao poder público promover condições para que se efetive promoção da igualdade e liberdade na obtenção do trabalho.

Nesse sentido, conforme afirma Assis (2002, p. 13) “[...] a busca pelo pleno emprego passa a ser reconhecida no Direito positivo com o objetivo de reduzir gradual e progressivamente a desigualdade social decorrente do alto desemprego”.

Nessa perspectiva a intermediação da mão de obra tem se mostrado como uma das alternativas para minimizar o impacto do desemprego, como assinala o próximo item desse estudo.

2.2 INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA

A intermediação de mão de obra é uma das atribuições clássicas de um sistema público de emprego e no Brasil, é de responsabilidade do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. No país, a preocupação com essa atividade levou à estruturação, em 1975, do SINE, a primeira forma de atendimento ao desempregado. Posteriormente, em 1986, foi criado o seguro-desemprego e, a partir de meados da década de 1990, foram implantados os primeiros programas de qualificação profissional (DEPARTAMENTO..., 2010 [DIEESE]).

Para efeito de estudo o presente trabalho está focado prioritariamente a intermediação de mão-de-obra e na qualificação profissional.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego o SINE é:

[...] o conjunto das Agências de emprego, de natureza pública, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, mantidos por meio da celebração de convênios com os governos estaduais e entidades sindicais para execução das ações descentralizadas de Intermediação de mão-de-obra e Apoio Operacional ao seguro-desemprego e Apoio à realização de Pesquisas de Emprego e demais ações do Programa seguro desemprego. O Sistema foi criado com a função principal de propiciar informação e orientação aos trabalhadores quanto à escolha de emprego; como também o de prestar informações ao mercado consumidor de mão-de-obra sobre a disponibilidade de recursos humanos (BRASIL, 2002, p. 73).

Por outro lado a intermediação da mão de obra não é realizada, exclusivamente, pelo SINE. Além de agências públicas de emprego, que fazem parte do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, existem agências privadas. O papel das agências de intermediação públicas e privadas é, basicamente, ajudar a reduzir o desemprego “friccional”, que segundo Costa (2000, p. 195) “[...] decorrente de pequenas imperfeições ou desajustes temporários entre oferta e demanda de trabalho, pois encontrar emprego leva algum tempo”.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2002, p.4) intermediação de mão de obra consiste em:

[...] propiciar informações e orientações ao trabalhador na procura por emprego e, aos empregadores, na busca de recursos humanos, a fim de promover o encontro de ambos, auxiliando o recrutamento de trabalhadores por parte dos empregadores e a (re) colocação dos trabalhadores nas vagas disponíveis.

Com relação às agências privadas de intermediação, são empresas contratadas que buscam no mercado de trabalho profissional com o perfil desejado, e seu público é formado por profissionais com mais qualificações e que disponham de recursos para aguardar uma boa colocação no mercado de trabalho mais condizentes com suas expectativas (DEPARTAMENTO..., 2010, [DIEESE]).

Já a atuação das agências públicas de emprego, como o SINE, “[...] é voltada para o trabalhador de pouca instrução e qualificação e visa inseri-lo ou reinseri-lo no mercado de trabalho” (RADZINSKI, 2008, p. 120), interessa destacar a ação do SINE, no serviço de intermediação de mão-de-obra visa:

[...] apoiar as pessoas em busca de emprego, ou de um melhor emprego [...] e além do papel precípua de auxiliar o trabalhador na obtenção de um emprego, tem, também, o papel de diagnosticar as carências pessoais e profissionais relacionados com suas possibilidades de obtenção de emprego, podendo encaminhá-lo à qualificação profissional, para alternativas de geração de renda ou, ainda, para

outros serviços públicos (CACCIAMALI, SILVA E MATOS, *apud* GOLLER, 2000, p. 71).

Para Silva e Matos (1998, *apud* GOLLER, 2000, p. 176) “[...] as agências privadas de emprego têm objetivos com a intermediação, exclusivamente voltados à “lucratividade da operação.”

Segundo Radzinski (2008), as agências públicas, em sua maioria, estão voltadas para atender à base do mercado de trabalho, ou seja, a oferta e demanda por postos de trabalho que exigem menor qualificação e oferecem salários mais baixos.

Por outro lado, dado ao difícil acesso dos trabalhadores em busca das agências privadas, e a precariedade do SINE da região de São Francisco de Paula a Casa do Trabalhador surgiu com objetivo de suprir essa carência.

2.3 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Antes de entrar especificamente no campo da qualificação profissional é necessário entender que um dos grandes problemas encontrado no município de São Francisco de Paula é a geração do primeiro emprego de jovens na faixa de 16 a 24 anos, uma vez que essa faixa etária corresponde à maior carência na região. Desse modo esse capítulo abre a sessão explanando primeiramente as ações governamentais em busca da inserção desses jovens no mercado de trabalho.

2.3.1 Inserção do jovem no mercado de trabalho

Segundo estudos preliminares de agosto de 2007 realizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), na década atual, a taxa de desemprego aberto da população adulta diminuiu levemente (6,1%, em 2005), mas o desemprego dos jovens aumentou (19,1%, em 2005), impedindo uma queda da taxa geral de desemprego (BRASIL, 2012 [MTE, Apresentação]).

Nesse sentido foi criado em 2004 pelo Ministério do Trabalho e Emprego o Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude, com o objetivo de atuar na promoção de mais e melhores oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda nesse segmento (BRASIL, 2012 [MTE, Apresentação]).

No leque de políticas públicas destinada a inserção do jovem no mercado de trabalho, destacam-se algumas ações de âmbito estaduais, como o caso do “Primeiro Emprego” do

governo do Rio Grande do Sul, o “Primeiro Emprego” do governo de Pernambuco e o “Programa Jovem Cidadão” do governo paulista.

No que tange a política do Programa Primeiro Emprego (PPE) no Estado do Rio Grande do Sul, esta foi constituída através da lei nº 11.363, de 30 de julho de 1999, para jovens com idade entre 16 e 24 anos, e que não tinham tido nenhuma relação formal de emprego, prioritariamente para jovens portadores de deficiência; portadores de altas habilidades; e egressos do sistema penal (GIMENEZ, [2012]).

Os recursos destinados para o PPE são oriundos do Tesouro do Estado e de outras fontes, mediante convênios com a União, Municípios, entidades governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras. A distribuição dos recursos obedece a uma proporcionalidade determinada, a saber, 70% (setenta por cento) direcionados aos inscritos com formação de até 1º grau e 30% (trinta por cento) aos demais inscritos (GIMENEZ, [2012]).

De acordo com Gimenez as empresas habilitadas podem:

[...] nos termos da lei, até 20% (vinte por cento) de sua força de trabalho, sendo que as que contarem com até 4 (quatro) empregados poderão contratar 1 (um) jovem através do Programa. O Poder Executivo repassa à empresa participante do programa, o valor mensal equivalente ao piso salarial de ingresso da categoria profissional do jovem, fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, até o limite máximo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por jovem contratado, durante os primeiros 6 (seis) meses do contrato de trabalho. Não havendo piso estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, o valor repassado à empresa será equivalente a 1 (um) salário mínimo por jovem contratado. No caso de contratos para meia jornada de trabalho, o repasse do Estado se restringe a metade dos valores previstos para o período integral (GIMENEZ, [2012], p. 6).

Atualmente o Programa Primeiro Emprego encontram-se sob a guarida do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Promovem), sob responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional da Juventude.

No que tange ao município de São Francisco existem cerca de 70 jovens entre 15 a 18 anos, que participam no turno inverso da escola regular, inseridos no programa Projovem, este de nível municipal dentro da Secretaria de Habitação, Trabalho e Assistência Social a qual a Casa do Trabalhador pertence como Departamento, que realiza encaminhamento dos jovens que estudam durante o dia para o Projeto que funciona no CIS, chamado de Centro de Inclusão Social, que funciona com várias oficinas educativas, atualmente os jovens estão divididos em 42 meninas e 28 meninos em quatro turmas, duas turmas pelo período da manhã de outras duas turmas pelo período da tarde.

2.3.2 Qualificação Profissional

O Decreto nº. 2.208/97, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e as ações deles decorrentes ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional, onde os cursos técnicos obrigatoriamente serão ministrados separados do ensino médio, passando a ser oferecidos de duas formas. Uma delas é a concomitante ao ensino médio, em que o estudante pode fazer ao mesmo tempo o ensino médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos ser realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa). A outra forma é a seqüencial, destinada a quem já concluiu o ensino médio e, portanto, após a educação básica. (BRASIL, 2007 [MEC]).

Juntamente com o Decreto no. 2.208/97, que estabeleceu as bases da reforma da educação profissional, o governo federal negociou empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de financiar a mencionada reforma, esse financiamento é materializado por meio Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). (BRASIL, 2007 [MEC])

Atualmente o Proep é uma iniciativa do MEC em parceria com o MTE que visa, de acordo com a nova legislação sobre a Educação, à expansão, modernização, melhoria de qualidade e permanente atualização da Educação Profissional no país, através, da ampliação e diversificação da oferta de vagas; da adequação de currículos e cursos às necessidades do mundo do trabalho; da qualificação, reciclagem e reprofissionalização de trabalhadores (as), independente do nível de escolaridade, e da formação e habilitação de jovens e adultos nos níveis médios (técnico) e superiores (tecnológico). (BRASIL, 2009 [Proep]).

Os recursos do Proep são originários de dotações orçamentárias do Governo Federal, sendo 25% recursos do MEC, 25% recursos do FAT, do MTE, e os 50% restantes advêm de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (BRASIL, 2009 [Proep]).

Gentili (2001, p.104), referindo-se ao papel da educação, nesta perspectiva, afirma:

[...] a educação, serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Neste sentido, ela se define como atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho.

Até o ano de 1988 muito se avançou em termos de educação tecnológica no Brasil, fase essa que culminou com a entrada da Constituição Federal de 1988. Com efeito, foi

promulgado o Decreto Federal nº. 97.333 o primeiro curso superior de tecnologia em hotelaria (SENAC).

O Decreto nº 2208 de 17/4/97, e a Lei 9394/96 regulamentam a educação profissional prevista nos artigos 39 a 42 da Lei 9394/96. (BRASIL, 1996 [Lei 9.394]):

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, aberta à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Por sua vez, o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamenta o art.39 da Lei de Diretrizes e Bases, em seu art. 3º ressalva que:

Art. 3º A educação profissional compreende os seguintes níveis:

I - básico: destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. (BRASIL, 1997 [Decreto 2.208])

No âmbito das ações governamentais art. 8º da Resolução nº 333 do CODEFAT, a população prioritária do Programa Nacional de Qualificação (PNQ) compreende os seguintes segmentos (PLANO..., 2003):

I – trabalhadores/as sem ocupação cadastrados/as no Sistema SINE e/ou beneficiários/as das demais Políticas Públicas de Trabalho e Renda, particularmente: ações de primeiro emprego, seguro-desemprego, intermediação de mão de obra; microcrédito e de ações de economia solidária;

II – trabalhadores/as rurais: agricultores familiares e outras formas de produção familiar; assalariados empregados ou desempregados; assentados ou em processo de assentamento; populações tradicionais; trabalhadores/as em atividades sujeitas a sazonalidades por motivos de restrição legal, clima, ciclo econômico e outros fatores que possam gerar instabilidade na ocupação e fluxo de renda;

- III - pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria, cooperativada, associativa ou autogestionada;
- IV – trabalhadoras/es domésticos;
- V – trabalhadores/as em empresas afetadas por processos de modernização tecnológica, privatização, redefinições de política econômica e outras formas de reestruturação produtiva;
- VI – pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social; de ações afirmativas de combate à discriminação; de ações envolvendo segurança alimentar e de políticas de integração e desenvolvimento regional e local;
- VII – trabalhadores/as egressos do sistema penal e jovens submetidos a medidas sócio-educativas, trabalhadores/as libertados/as de regime de trabalho degradante análogo à escravidão e de familiares de egressos do trabalho infantil;
- VIII – trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Saúde, Educação, Meio Ambiente e Segurança e Administração Pública;
- IX – trabalhadores/as de empresas incluídas em arranjos produtivos locais, de setores exportadores, setores considerados estratégicos da economia, segundo a perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e renda e de setores econômicos beneficiados por investimentos estatais;
- X – gestores e gestoras em Políticas Públicas e representantes em fóruns, comissões e conselhos de formulação e implementação de Políticas Públicas e Sociais.

Em quaisquer dos segmentos citados acima, terão preferência de acesso aos programas do PNQ pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente, particularmente os/as trabalhadores/as com baixa renda e baixa escolaridade e populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social e, conseqüentemente, com maiores dificuldades de acesso a um posto de trabalho (desempregados de longa duração, negros/as e afro-descendentes, indio-descendentes, mulheres, jovens, portadores de necessidades especiais, em particular os portadores de deficiência, pessoas com mais de 40 anos etc.) segmentos (PLANO..., 2003).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa exploratória, desenvolvida mediante técnicas de levantamento bibliográfico, documental e de estudo de caso. Sua abordagem se dá através do método quantitativo. O instrumento de coleta de dados utilizado será a entrevista semi-estruturada a partir de perguntas abertas, e um questionário estruturado auto-aplicável.

No presente trabalho adotou-se a pesquisa exploratória, definida de acordo com Gil (2002, p. 41):

[...] tem como objetivo principal proporcionar o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições, seu planejamento é bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas c) análise de exemplos.

Para Malhotra (2001), a pesquisa exploratória possibilita a descoberta de novas idéias e “insights”, de forma flexível e versátil, permitindo ao pesquisador melhor entendimento sobre os aspectos envolvidos nos objetivos da pesquisa.

Os levantamentos bibliográficos, segundo Gil (2002) é desenvolvido com base em material já elaborado, constituídos principalmente de livros e artigos científicos, publicações periódicas e impressos diversos. Os documentais seguem os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, apenas cabe considerar que em muitos casos trata-se de documentos.

Quanto ao delineamento, foi escolhido o estudo de caso, método que permite o entendimento da generalidade de um todo, dentro do seu contexto de vida real que segundo Yin (2001 p. 33): “[...] o estudo de caso se justifica tendo em vista que se constitui em um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir seu conhecimento amplo e detalhado”.

Quanto ao caráter da abordagem qualitativa e quantitativa, segundo Roesch (2005, p. 154), “[...] o delineamento qualitativo é apropriado para avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa, ou plano, metas de um programa e construir uma intervenção”.

Na pesquisa qualitativa Gil (2002), considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não é traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados básicos no processo de pesquisa qualitativa não requerem os usos de métodos e técnicas estatísticas.

Já para Staw *apud* Roesch (2005) a pesquisa de caráter quantitativa é apropriada para avaliar mudanças nas organizações, principalmente no que tange a programas abrangentes como reestruturação do trabalho, programas de incentivos entre outros.

O método quantitativo preocupa-se com representatividade numérica, isto é, com a medição objetiva e a quantificação dos resultados. Para a autora (2005, p. 122) "[...] o método quantitativo enfatiza a utilização de dados padronizados que permitem ao pesquisador elaborar sumários, comparações e generalizações". Sugere ainda que, se o pesquisador pretende investigar relações de associação e/ou causa-efeito entre variáveis se recomenda utilizar o método quantitativo.

A técnica de coleta de dados se deu através de uma entrevista semi-estruturada com oito questões abertas aplicadas ao gestor da Casa do Trabalhador, e um questionário estruturado autoaplicável feita junto aos empregados e empregadores.

Segundo Vergara (1997, p. 54), a coleta de dados é "[...] como você pretende obter os dados de que precisa para responder ao problema".

Quanto à entrevista segundo Gil (2002), entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade, tanto é que pode assumir as mais diversas formas. Pode caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados, ou pode ser focalizada quando, embora livre, enfoca tema bem específico, pode ter caráter semi - estruturado, quando é guiada por relação de pontos de interesse, que é o caso do presente estudo. Para Roesch (2005, p. 159) as perguntas abertas evitam a influência do pesquisador sobre as perguntas.

Para Mattar (1996) a entrevista em profundidade, possibilitando ao pesquisador maior conhecimento do tema abordado e identifica as prioridades a serem estudadas, caracterizam-se pela informalidade e pouca estruturação, onde é comum o pesquisador dispor apenas de um roteiro dos assuntos a serem abordados. Outras vezes, os assuntos a serem abordados estão colocados na forma de perguntas abrangentes. Para o autor a entrevista é uma forma de interação social, mais especificamente é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletarem dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Quanto ao questionário para Roesch (2005), é uma das principais técnicas de coletas de dados, que poderá variar com questões abertas ou fechadas ou combinadas entre si, recomenda ainda a autora que seja realizada um pré-teste ou pesquisa-piloto com o instrumento antes de aplicá-lo definitivamente.

Nesse sentido para o presente estudo foi utilizado como instrumento de coleta de dados, um questionário estruturado auto-aplicável para os empregados com 6 (seis) questões fechadas e 1 (uma) questão aberta, além de ser aplicado um questionário auto-aplicável aos empregadores com 9 (oito) perguntas fechadas e 1 (uma) pergunta aberta para oxigenar a análise dos resultados. Optou-se por um questionário enxuto para que os respondentes tivessem menor resistência para responder ao mesmo, bem como os tipos de questões utilizadas foram escolhidos visando facilitar as análises do estudo.

No universo da pesquisa a amostra foi constituída por 14 (quatorze) empregados, divididos em: 2 do ramo calçadista, 2 do setor do comércio, 2 do turismo, 2 da pecuária, 2 da indústria madeira/serraria, 2 da prestação de serviço e 2 desempregados. Já os empregadores foram feita uma pesquisa com 5 (cinco) empresários divididos nos setores da economia primário, secundário e terciário.

Normalmente na pesquisa quantitativa de acordo com Roesch (2005, p.149), os dados coletados são submetidos à análise estatística, com a ajuda das ferramentas do computador, contudo se o número de casos pesquisados ou o número de itens for pequeno, costuma-se utilizar uma planilha para a codificação manual dos dados.

Na análise quantitativa segundo Oppenheim apud Roesch (2005, p. 150) “[...] podem-se calcular médias, computar percentagens, examinar os dados para verificar se possuem significância estatística, podem calcular correlações, ou tentar várias formas de análise multivariada”. Para o autor (p. 150), estas análises permitem “extrair sentido dos dados”, ou seja, testar hipóteses comparar os resultados para vários subgrupos, entre outros.

Nesse sentido para o presente estudo optou-se pela análise estatística, computadas em dados usando números absolutos, em virtude do instrumento de coleta de dados conterem um pequeno número de questões.

No que tange a avaliação dos resultados de algum sistema ou projeto, Roesch (1999), indica o enfoque quantitativo, pois é o melhor meio de controlar o delineamento da pesquisa para garantir uma boa interpretação dos resultados, desta forma ficando estruturada em sete (07) segmentos, no ramo calçadista, do setor de comércio, do turismo, da pecuária, da indústria de madeira/serraria, prestação de serviço e desempregados, e cinco (05) empresários divididos entre setores primário, secundário e terciário.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados está apresentada em duas seções: cenário da pesquisa e interpretação e resultado da pesquisa, sendo a segunda subdividida em análise dos empregados e análise dos empregadores.

4.1 CENÁRIO DA PESQUISA

A CT está organizada em cinco setores visando o alcance dos seus objetivos e atribuições:

Figura 02 - Casa do Trabalhador SFP



Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula

- a) Setor de Indústria e Comércio: é o grande responsável pelo contato de captação de empresas; relação de documentação para instalação de novas empresas; auxílio técnico, com cedência de espaços públicos, doação de terreno para construção de espaços para as empresas gerarem empregos. Como incentivo da Prefeitura de São

Francisco de Paula, em alguns casos a mesma paga-se o aluguel do estabelecimento para gerar postos de trabalho, e para outras a isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Todavia, a empresa se desejar vir para São Francisco de Paula, objetivamente vai ter que pagar água e luz; a Prefeitura estabelece acesso à legislação pertinente ao estabelecimento de novas indústrias; fornecendo cursos de qualificação profissional, que são ministrados por funcionários qualificados, ou por convênios com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), MTE, SINE; elaboração de projeto para capacitação de mão de obra; visita freqüente aos comércios e indústrias locais; trabalhando na busca de novos investidores, e visita as indústrias parceiras da região que empregam nossos trabalhadores;

- b) Setor de Intermediação de Mão de obra: Recebimento de currículos vitae; recrutamento e seleção de funcionários; encaminhamento de profissionais ao preenchimento das vagas disponíveis;
- c) Setor de Confecção da Carteira de Trabalho e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): 1ª Via – maiores de 14 anos; 2ª Via – no caso de perda ou roubo; 2ª Via Continuação ou Danificação; INCRA: Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR); documento indispensável para transações imobiliárias, como compra e venda de imóveis rurais.
- d) Setor de Carteira de Identidade e Alistamento Militar: Carteira de Identidade: - 1ª via; - 2ª via; Alistamento Militar:- 1ª via; - 2ª via;
- e) Setor do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA): Hoje funciona com uma estagiária que cuida de toda a parte do setor, supervisionado pelo Coordenador da Casa do Trabalhador;
- f) Auditório da Casa do Trabalhador: funciona sobre supervisão do Coordenador, previamente agendado o espaço para reuniões, seminários, cursos, tanto do poder público, como para a comunidade quando necessário.

A Casa do Trabalhador é vinculada a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social, é um departamento que auxilia especificamente a parte do Trabalho. O Departamento tem a seguinte estrutura de profissionais: possui uma recepcionista, que filtra tudo o que chega, é responsável pelo primeiro contato com o trabalhador ou empresa, repassando para os devidos setores; um estagiário subordinado a recepcionista, fazendo toda a parte de

distribuição de correspondências interna e externas (para a divulgação de cursos e vagas de empregos através de textos que serão redigidos para os jornais da cidade e anunciados na rádio local); uma funcionária responsável pelas confecções de identidades; uma funcionária responsável pela confecção e alistamento militar; um funcionário responsável pela confecção de carteiras de trabalho, Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) e INCRA; uma estagiária que cuida da parte relacionada ao COMDICA, e o Coordenador, é responsável por toda fiscalização e andamento de todos os setores.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

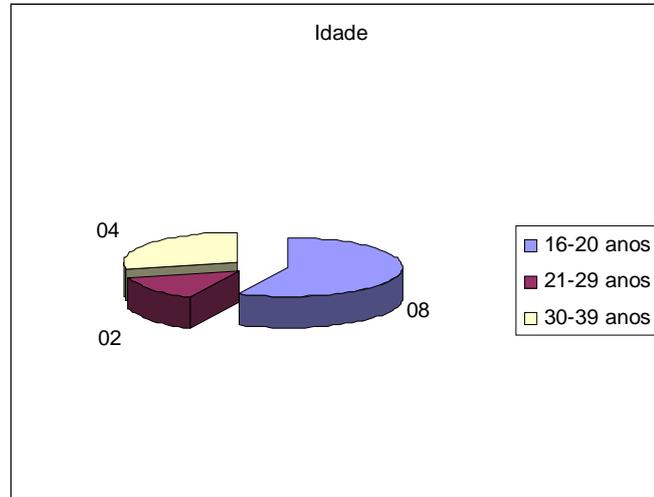
Esta sessão apresenta os resultados da pesquisa na fase quantitativa entre empregados e empregadores que serão cotejados com as respostas do gestor da instituição Casa do Trabalhador, e com a revisão da literatura que embasou esse estudo, para isso apresentar-se-á gráficos para melhor entendimento.

4.2.1 Análise dos Empregados

No universo da pesquisa a amostra foi constituída por 14 (quatorze) empregados, divididos em: 2 do ramo calçadista, 2 do setor do comércio, 2 do turismo, 2 da pecuária, 2 da indústria madeira/serraria, 2 da prestação de serviço e 2 desempregados. Já os empregadores foram feita uma pesquisa com 5 (cinco) empresários divididos nos setores da economia primário, secundário e terciário. Ademais, importante ressaltar que estes dados quantitativos têm por objetivo ajudar a ilustrar a análise qualitativa realizada, não tendo, pois, uma preocupação de parâmetros estatísticos da amostra, a escolha da amostra foi aleatória.

a) Qual a sua idade:

Gráfico 01 - Idade dos empregados.



Fonte: O Autor

Analisando os resultados da pesquisa observa-se que oito (08) dos respondentes encontram-se na faixa dos 16 a 20 anos; e quatro (04) entre 21 e 29 anos e dois (02 entre 30 e 39 anos).

Segundo estudos preliminares de agosto de 2007 realizados pelo DIEESE, na década atual, a taxa de desemprego aberto da população adulta diminuiu levemente (6,1%, em 2005), mas o desemprego dos jovens aumentou (19,1%, em 2005), impedindo uma queda da taxa geral de desemprego. (BRASIL, 2012 [Apresentação])

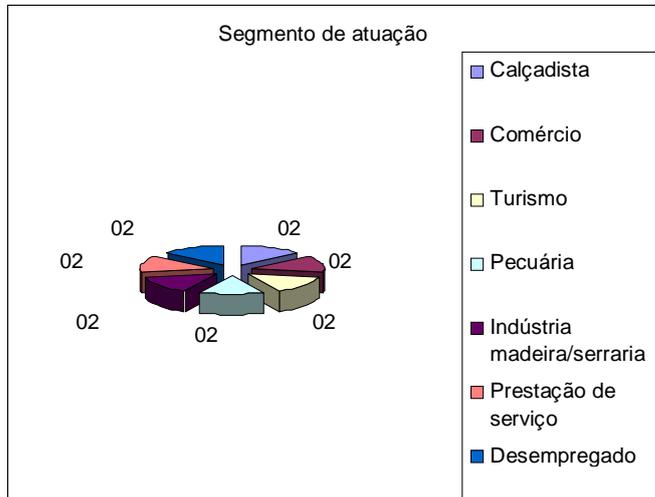
No leque de políticas públicas destinada a inserção do jovem no mercado de trabalho, destacam-se algumas ações de âmbito estaduais, como o caso do “Primeiro Emprego” do governo do Rio Grande do Sul, o “Primeiro Emprego” do governo de Pernambuco e o “Programa Jovem Cidadão” do governo paulista.

Atualmente o Programa Primeiro Emprego encontram-se sob a guarda do Projovem, sob responsabilidade da Secretária-geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional da Juventude.

Pode-se concluir com base na análise que a maior população de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho é a população de jovens, confirmando a tendência já assinalada pelo DIEESE, que apesar da redução do número geral de desemprego ele continua mais elevado entre os jovens.

b) Segmento de Atuação:

Gráfico 02 - Segmento de atuação.

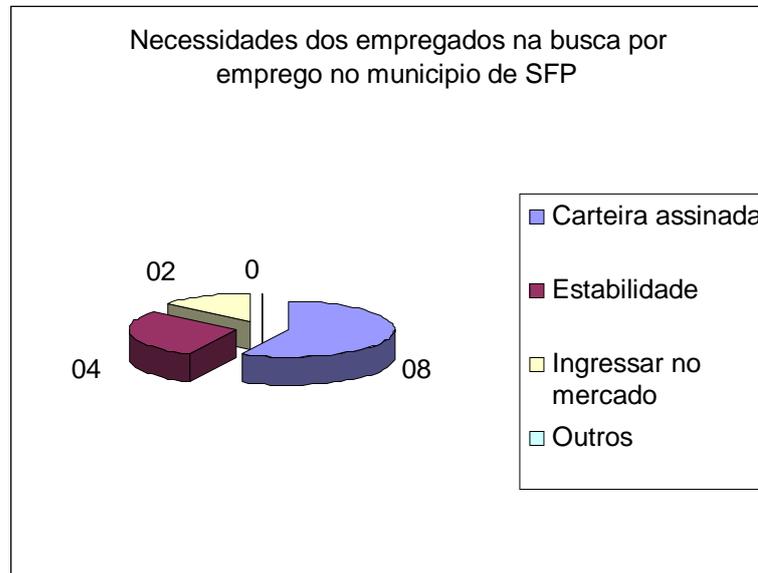


Fonte: O Autor

Com base na análise dos resultados da pesquisa é possível inferir que os dados foram coletados de maneira uniforme entre os segmentos da economia, por esse motivo manteve-se o mesmo número absoluto, pois foram entrevistados 02 pessoas de cada segmento.

c) Quais são as principais necessidades dos empregados na busca por emprego no município de SFP?

Gráfico 03 - Empregados em busca de emprego SFP.



Fonte: O Autor

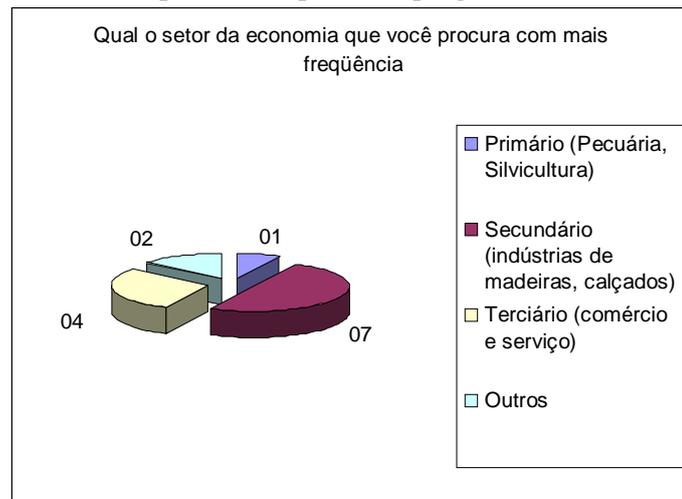
Pelos resultados é possível inferir que oito (08) dos empregados responderam que a principal necessidade dos empregados na busca por emprego no município de SFP se deve a carteira assinada; para quatro (04) a estabilidade; por outro lado, para dois (02) é a oportunidade de ingressar no mercado; no quesito outros não houve respondentes.

Já de acordo com a entrevista realizada com o gestor da Casa do Trabalhador a procura do empregado se deve principalmente a procura de “[...] uma vaga no mercado de trabalho, ter uma renda fixa que possam contar por mês, e sua carteira profissional devidamente assinada”.

Nesse sentido, analisando os resultados da pesquisa, pode-se concluir que tanto a maioria dos respondentes como para o gestor da instituição, as principais necessidades dos empregados na busca por emprego no município de SFP se deve a carteira assinada, a estabilidade e a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho.

d) Qual o setor da economia que você procura com mais frequência:

Gráfico 04 - Setor da economia procurado pelos empregados na busca de emprego.



Fonte: O Autor

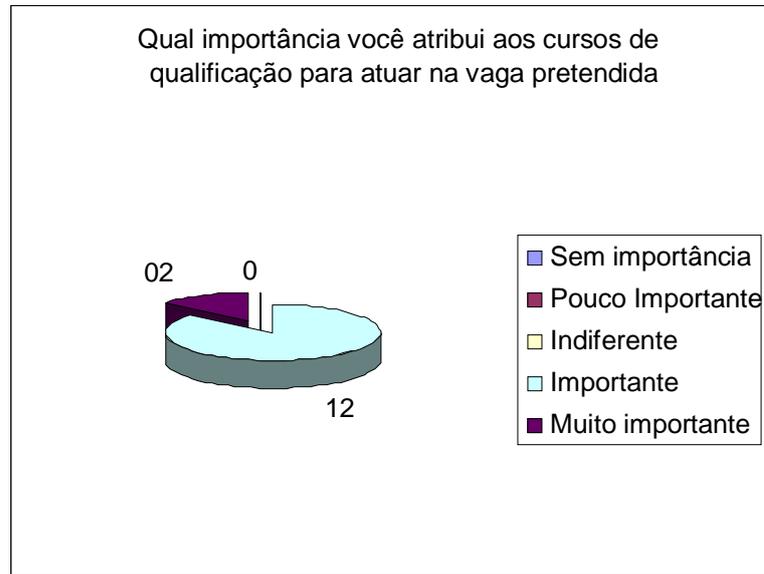
O setor da economia mais procurado pelos empregados segundo os resultados da pesquisa com sete (07) corresponde a 50% do setor secundário (indústrias de madeiras e calçados); e quatro (04) corresponde a 29% do setor terciário (comércio e serviço); dois (02) empregados correspondem a 14% de outros serviços e um (01) funcionário que atingi 7% do setor primário (pecuária e silvicultura).

A atuação das agências públicas de emprego, como o SINE, “[...] é voltada para o trabalhador de pouca instrução e qualificação e visa inseri-lo ou reinseri-lo no mercado de trabalho” (RADZINSKI, 2008, p. 120).

Com base nos resultados da pesquisa pode-se inferir que o setor da economia de maior procura dos empregados na Casa do Trabalhador no município de São Francisco de Paula é o setor secundário, seguido do setor terciário e outros, e o setor primário atualmente é o menos procurado pelos empregados.

e) Qual importância você atribui aos cursos de qualificação para atuar na vaga pretendida?

Gráfico 05 - Importância dos cursos de qualificação do empregado para atuar na vaga pretendida.



Fonte: O Autor

Com base nos resultados da pesquisa pode-se inferir que para a grande maioria dos respondentes, ou seja, doze (12) empregados consideram importantes os cursos de qualificação para atuar na vaga pretendida; e dois (02) empregados optaram consideraram muito importante.

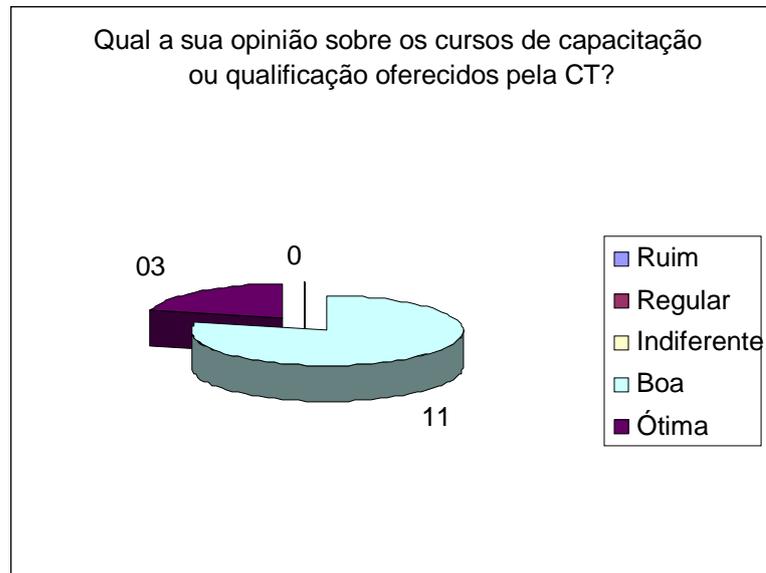
Para o gestor da Casa do Trabalhador uma das propostas de melhorias para a Casa do Trabalhador é “[...] melhorar os investimentos, busca de novos convênios de cursos com qualificação para os trabalhadores, desenvolvimento no atrativo para trazer novas empresas para o município”.

Nessa perspectiva o Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004 segundo Christophe (2005) “[...] regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) e revoga em seu Art. 9º o Decreto 2208/97, e prevê o desenvolvimento da educação profissional através de cursos e programas, em três planos: “[...] formação inicial e continuada de trabalhadores - inclusive integrada com a educação de jovens e adultos; educação profissional de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação”.

Desse modo pode-se concluir que para a maioria dos respondentes é extremamente importante os cursos de qualificação para atuar na vaga pretendida.

- f) Qual a sua opinião sobre os cursos de capacitação ou qualificação oferecidos pela CT?

Gráfico 06 - Opinião dos empregados sobre os cursos de capacitação ou qualificação oferecidos pela CT.



Fonte: O Autor

Com base na análise dos resultados da pesquisa pode-se inferir que para a maioria dos respondentes onze (11) empregados consideram bons os cursos de capacitação ou qualificação oferecidos pela Casa do Trabalhador no município de São Francisco de Paula; e três (03) consideram ótima a sua atuação, já para os itens ruim, regular indiferente não teve respondente.

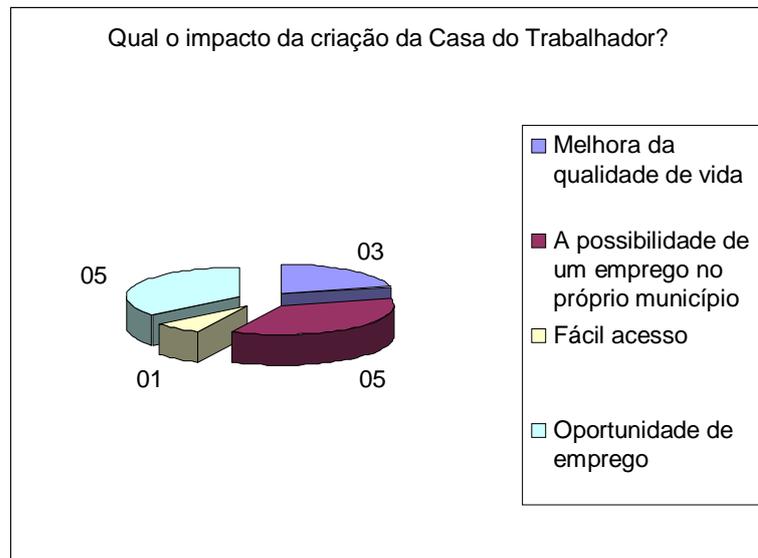
Na opinião do gestor da Casa do Trabalhador, as dificuldades e ou problemas enfrentados para o funcionamento da Casa do Trabalhador concentram-se em aprimorar a qualificação oferecida pela instituição uma vez que “[...] nossos trabalhadores precisam de qualificação e profissionalização”.

Atualmente o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) é uma iniciativa do Ministério da Educação - MEC em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE que visa, de acordo com a nova legislação sobre a Educação, à expansão, modernização, melhoria de qualidade e permanente atualização da Educação Profissional no país, através, da ampliação e diversificação da oferta de vagas; da adequação de currículos e cursos às necessidades do mundo do trabalho; da qualificação, reciclagem e reprofissionalização de trabalhadores (as), independente do nível de escolaridade, e da formação e habilitação de jovens e adultos nos nível médio (técnico) e superior (tecnológico). (MEC, 2012)

Nesse sentido pode-se concluir, com base nos resultados da pesquisa, que os empregados estão satisfeitos com os cursos de qualificação oferecidos pela Casa do Trabalhador, bem como o gestor da instituição sente-se comprometido em melhorar cada vez mais os serviços oferecidos à comunidade que busca a inserção no mercado de trabalho.

g) Qual o impacto da criação da Casa do Trabalhador?

Gráfico 07 - Impacto da criação da CT para os empregados



Fonte: O Autor

No quesito qual o impacto da criação da Casa do Trabalhador para os empregados evidencia-se que cinco (05) deles optaram pela possibilidade de um emprego no próprio município; e também cinco (05) destacam a oportunidade de emprego; e três (03) acreditam na melhoria da qualidade de vida e para apenas um (01) condissera de ter fácil acesso aos serviços da Casa do Trabalhador.

No que tange a análise na visão do gestor da Casa do Trabalhador, o principal impacto corresponde a:

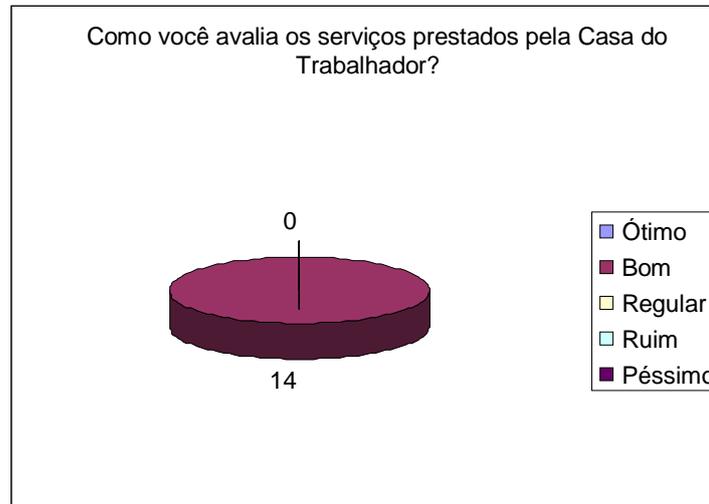
[...] oportunidade de encontrar um emprego, no caso das empresas de outros municípios a facilidade de poder fazer a entrevista no auditório da CT, sem precisar se deslocar até a empresa. Na casa do trabalhador as pessoas também podem fazer a carteira de trabalho, Identidade, certificado de reservista, e a própria ficha de atendimento quando o candidato necessita de emprego, ou deseja efetuar uma troca de profissão, mesmo que não tenho todos os documentos a equipe pode orientar como proceder a confecção. Temos também o auditório onde a comunidade pode usar pra reuniões, cursos, palestras, com capacidade para 50 pessoas bem acomodadas e sentadas.

Nessa perspectiva é que o “pleno emprego” foi defendido por alguns doutrinadores como a exemplo de Delgado (2007) como uma sociedade fundada no direito do trabalho remunerado, digno relacionado intrinsecamente com o direito à vida. Desta forma cabe ao poder público promover condições para que se efetive promoção da igualdade e liberdade na obtenção do trabalho.

Pode-se concluir com base na análise da pesquisa, entre outros atributos, que um dos principais impactos para os empregados com a criação da Casa do Trabalhador é a possibilidade de emprego no próprio município.

h) Como você avalia os serviços prestados pela Casa do Trabalhador?

Gráfico 08 - Como o empregado avalia os serviços prestados pela CT.



Fonte: O Autor

Com base na análise da pesquisa nesse quesito é possível inferir que para o total dos respondentes os serviços prestados pela Casa do Trabalhador é bom.

Todavia, assinala o gestor da instituição que a relação da Casa do Trabalhador com os empregadores, trabalhadores e executivo municipal é: “[...] uma relação bem objetiva com acesso repleto na busca de soluções consensuais em todos os âmbitos, sempre procurando o bem estar do trabalhador com geração de emprego e renda, e na companhia do executivo em seu pleno acordo, na busca de orientar as empresas parceiras”.

Pode-se concluir com base na análise desse quesito da pesquisa que a totalidade dos respondentes está satisfeita com os serviços prestados pela Casa do Trabalhador.

- i) Quais suas propostas/sugestões de melhorias para o funcionamento da Casa do Trabalhador?

Nesse quesito da pesquisa que se constituiu em uma pergunta aberta os respondentes elencaram as seguintes sugestões de melhorias para a Casa do Trabalhador:

- a) Mais cursos para os moradores do município, para poderem se qualificar e buscar um bom desempenho no emprego desejado;
- b) Buscar mais empresas para diversificar nossa mão de obra;
- c) Buscar mais empreendimentos na área de comércio;
- d) Buscar junto aos poderes maiores investimentos no turismo;
- e) Buscar junto ao poder público um aumento de benefício aos investidores em turismo, como descontos em IPTU e impostos municipais;
- f) Cursos voltados para o homem do campo e prestação de serviços;
- g) Programa semanal para divulgação das vagas de empregos;
- h) Pesquisa para trazer novos cursos de qualificação;
- i) Que a casa do trabalhador também pudesse encaminhar o seguro desemprego, quando necessário, para o trabalhador.

Segundo o gestor da Casa do Trabalhador atualmente a captação de novas empresas no município é feita através da coordenação da instituição diretamente com as empresas, “[...] se faz uma conversa por telefone, depois uma visita de cortesia, e se houver interesse da empresa em vir conhecer o município e o que temos a oferecer de incentivos para poder trazer um novo empreendimento”.

Já a captação de novas vagas afirma o gestor que é feita com as “[...] empresas que já estão cadastradas na Casa do Trabalhador temos contato direto tanto por telefone como por email. Assim que surgem as vagas eles avisam, dizendo qual o perfil do trabalhador que estão precisando, ou uma vez por semana é feito o contato pela coordenação da casa direto com a empresa através de visita ou telefone”.

As políticas públicas são as ações empreendidas pelo Estado para satisfazer as necessidades da sociedade em termos de distribuição e redistribuição das riquezas, dos bens e serviços sociais no âmbito federal, estadual e municipal. Para Cunha e Cunha (2002, p. 12), “[...] as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo.”.

Com base na análise dos resultados da pesquisa pode-se inferir que, embora a Casa do Trabalhador venha suprimindo as necessidades locais, se observa que essa caminhada é contínua, dado as sugestões feitas de melhorias pelos empregados a Casa do Trabalhador.

4.2.2 Análise dos Empregadores

- a) Quais são as principais necessidades dos empregados na busca por emprego no município de SFP na sua percepção como empregador? (A resposta pode ser múltipla escolha)

Gráfico 09 - Necessidades do empregado na busca de emprego, segundo a percepção dos empregadores.



Fonte: O Autor

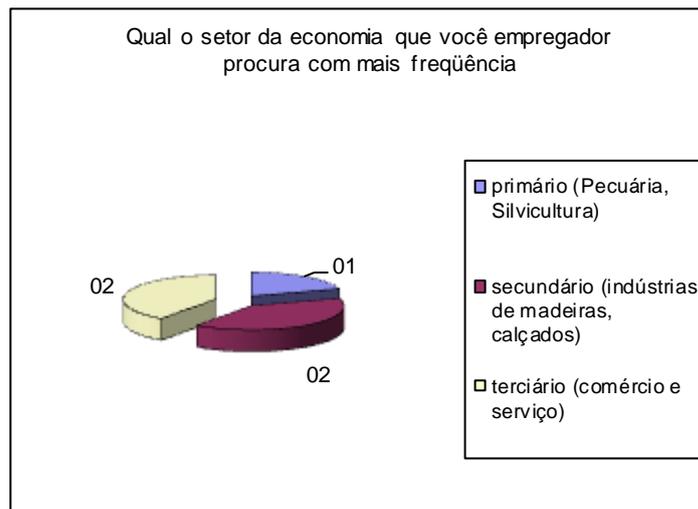
Analisando os resultados da pesquisa é possível dizer que as principais necessidades dos empregados na busca por emprego no município de SFP, na percepção do empregador, são: para 50% dos respondentes é a carteira assinada, seguida de 30% a estabilidade; 10% ingressar no mercado de trabalho; 10% outros, este gráfico ficou em porcentagem, pois como era uma resposta de múltipla escolha é a melhor maneira de demonstrar os números.

No que tange ao desemprego, de acordo com Zylberstajn et. al., (1999) varia de acordo com as características e peculiaridades de cada região, país, do indivíduo, das indústrias entre outras características.

Nesse sentido é possível concluir que a percepção do empregador sobre as necessidades dos empregados na busca por emprego no município de São Francisco de Paula é a carteira assinada seguida da estabilidade. Aqui se percebe uma identidade comum entre a percepção dos empregados e empregadores.

b) Qual o setor da economia que você empregador procura com mais freqüência.

Gráfico 10 - Setor da economia que o empregador procura com mais freqüência

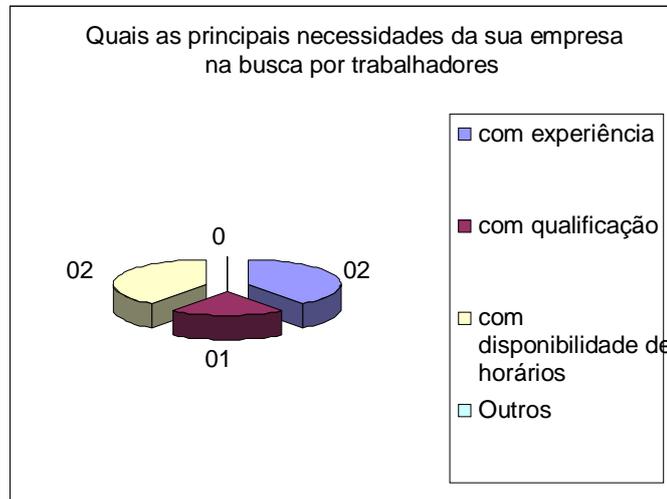


Analisando os dados da pesquisa contata-se que o setor da economia mais procurado pelos empregadores no município de São Francisco de Paula é para 40% secundário (indústria de madeira, calçados), portanto 02 empresários dos entrevistados atuam nesse ramo; e outros 02 empresários nos outros 40% terciário (comércio e serviço); e 20% primário (pecuária, silvicultura), apenas um empresário atua nesse ramo que foi pesquisado.

Nesse sentido é possível colocar com base na análise dos resultados da pesquisa, que o setor mais procurado pelos empregadores no município de São Francisco de Paula é o setor secundário, seguido do terciário e primário na mesma seqüência.

c) Quais as principais necessidades da sua empresa na busca por trabalhadores?

Gráfico 11 - Principais necessidades do empregador na busca de trabalhadores.



Fonte: O Autor

Com base na análise dos resultados da pesquisa, as principais necessidades das empresas em busca de trabalhadores concentram-se para dois empresários entrevistados o item com experiência; para os outros dois empresários ouvidos a disponibilidade de horários e para um empresário o item qualificação. No quesito outro não obteve respondentes.

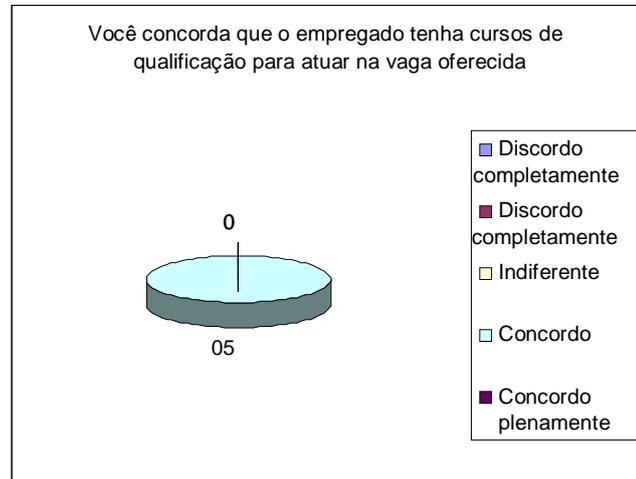
Com as mudanças do mercado de trabalho que se iniciou no século XXI, onde somente a qualificação não é suficiente para conseguir um emprego, aumentou consideravelmente a procura de trabalhadores nas Agências Públicas e Privadas de empregos.

Nessa perspectiva o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nas suas atribuições legais usa a forma de administração descentralizada para formar parcerias com os governos estaduais, com as entidades sem fins lucrativos, representantes de trabalhadores – entidades sindicais. (MTE, 2002)

Pelo exposto pode-se concluir com base na análise dos resultados da pesquisa, que as principais necessidades das empresas na busca por trabalhadores são a experiência e disponibilidade de horários. Isso, de certa maneira, aponta para uma demanda menor por qualificação e sim por outros atributos como experiência e flexibilidade de horários.

d) Você concorda que o empregado tenha cursos de qualificação para atuar na vaga oferecida?

Gráfico 12 - Importância que o empregado tenha cursos de qualificação para atuar na vaga oferecida.



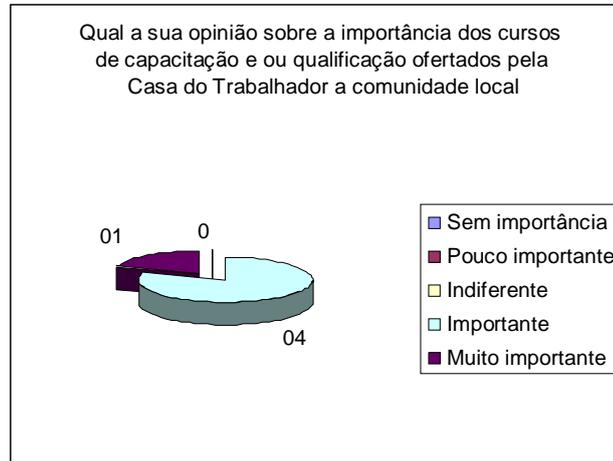
Fonte: O Autor

Com base na análise dos resultados da pesquisa nesse quesito 100% dos respondentes concordam que o empregado tenha cursos de qualificação para atuar na vaga oferecida.

Dessa forma é possível falar que para a totalidade dos respondentes é importante que o empregado tenha cursos de qualificação para atuar na vaga oferecida, em que pese na questão anterior não ser a qualificação profissional o principal quesito de busca de preenchimento de vagas junto a Casa do Trabalhador.

- e) Qual a sua opinião sobre a importância dos cursos de capacitação e ou qualificação ofertados pela Casa do Trabalhador a comunidade local?

Gráfico 13 - Importância dos cursos de capacitação e qualificação ofertados pela CT



Fonte: O Autor

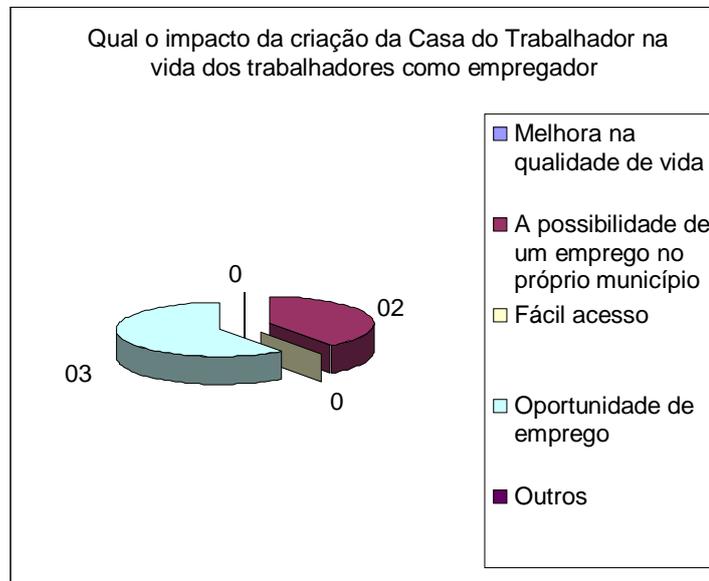
Conforme análise dos resultados da pesquisa é possível identificar que para a grande maioria dos respondentes, ou seja, quatro empresários declaram que são importantes os cursos de capacitação e ou qualificação ofertados pela Casa do Trabalhador à comunidade local; e para apenas um empresário é muito importante.

Conforme o gestor da instituição da Casa do Trabalhador com relação aos cursos, de 2010 ao 1º semestre de 2011, foi oferecido acesso a cursos de Qualificação Profissional em parceria com o SINE, e com a empresa Mollino de Calçados, onde foram ofertados os seguintes cursos: Azulejista, Pedreiro, Costureira de Calçados, e Orientadora do Lar e Economia Doméstica, totalizando uma formação de 297 profissionais, beneficiando os interessados e direcionando para o mercado de trabalho. Destes 235 trabalhadores - cerca de 80% - foram absorvidos no mercado de trabalho. A empresa Mollino que é parceira da Casa do Trabalhador absorve a maior parte dos trabalhadores que fazem o curso.

Já a oferta de vagas na construção civil está relacionada com a implantação de programas como Minha casa Minha Vida que tem gerado uma forte expansão no setor de construções e reformas.

f) Qual o impacto da criação da Casa do Trabalhador na vida dos trabalhadores como empregador?

Gráfico 14 - Impacto da criação da Casa do Trabalhador na vida dos trabalhadores como empregador.



Fonte: O Autor

Analisando os resultados da pesquisa fica nítida que para 03 empresários dos respondentes, o maior impacto da criação da Casa do Trabalhador na vida dos empregados, segundo os empregadores, é a oportunidade de emprego; a possibilidade de emprego no próprio município é o que pensam dois empresários, para os demais itens da pesquisa, não obteve respostas.

De acordo com o gestor da Casa do Trabalhador, no encaminhamento de profissionais para preenchimento de vagas existentes no ano de 2010, foram encaminhados 357 candidatos sendo que 243 conseguiram efetivamente o emprego, e com relação ao 1º semestre de 2011 foi encaminhado para a busca de trabalho 862 candidatos, e efetivamente contratados 586 trabalhadores. Esse aumento de encaminhamentos ocorreu dado à mudança na Coordenação da Casa do Trabalhador, onde o novo coordenador buscou incremento tanto nos comércios existentes como nas indústrias do município e conseguiu ampliar, visitando as empresas da região, fazendo convênios para buscar os trabalhadores no município, aumentando o número de vagas.

Como exemplos, dos 586 contratados 110 trabalhadores foram recolocados no setor de agropecuária (englobando a parte de campo e as indústrias de frango e peru); no comércio 76

trabalhadores, madeira 11 trabalhadores, turismo 19 trabalhadores, e devido à busca na região do setor calçadista foram colocados 370 trabalhadores.

Hoje a Casa do Trabalhador conta um banco de dados com 410 currículos atualizados para as vagas que podem ser solicitadas pelas empresas, tanto na cidade ou nas cidades vizinhas de nossa região. Empresas como Sandense, Picadilly, Saltec, Calçados Beira Rio, MRJ Injetados, Calçados Q-sonho, Agrolatina, MB Dublagem, todas as empresas regionais, sempre tentando colocar a mão de obra disponível. Atualmente cerca de 400 trabalhadores residentes no município se deslocam diariamente para as cidades vizinhas.

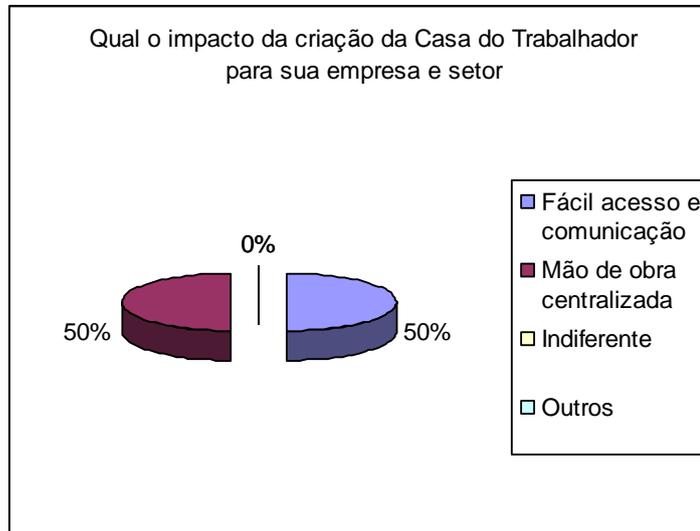
No ano de 2010, a Casa do Trabalhador obteve um total de confecção de 550 Carteiras de Trabalho, o que fornece uma média mensal de 46 carteiras, já no 1º semestre de 2011, foram confeccionadas 300 novas carteira de trabalho. Entre todos os atendimentos, forneceram um total de 3.000 atendimentos no ano de 2010, com uma média de 300 por mês. Em relação ao 1º semestre de 2011 já foram realizados algo em torno de 1.600 atendimentos entre todas as informações da área.

No ano de 2010, foram confeccionadas 540 1ª vias de carteiras de identidade, e 311 2ª vias, perfazendo um total de 851 Identidades, e no mesmo ano de 2010, foram efetuados 178 alistamentos novos e 22 2ª vias com certificado de dispensa de incorporação, portanto um total de 190 documentos emitidos, no 1º semestre de 2011, foram confeccionadas 320 1ª vias de carteiras de identidade, e 170 2ª vias, e foram efetuados 156 alistamentos novos e 19 2ª vias com certificado de dispensa de incorporação.

Estes dados demonstram a relevância dos serviços prestados pela Casa do Trabalhador para além da centralidade da sua missão, qual sejam a intermediação de mão de obra e a busca de novas vagas no mercado de trabalho local.

g) Qual o impacto da criação da Casa do Trabalhador para sua empresa e setor? Pode ser de múltipla escolha.

Gráfico 15 - Impacto da Casa do Trabalhador para a empresa.



Fonte: O Autor

Analisando os resultados da pesquisa observa-se que para 50% dos respondentes o impacto da criação da Casa do Trabalhador para suas empresas se deve ao fácil acesso e comunicação; e para os demais 50% mão de obra centralizada, como foi de múltipla escolha deixamos em porcentagem.

Para o gestor da Casa do Trabalhador, esta tende a buscar mais diversificação com relação à formação de mão de obra, para poder colocar mais pessoas no mercado, hoje existe uma avançada negociação com a FAMASTIL (empresa de ferramentas sediada no município de Gramado), que está em estudo mudar a sua planta industrial, como essa empresa atualmente é a 2ª no Brasil em seu ramo de produção, o município geraria mais de 700 novos postos de trabalho, conforme expectativa da empresa.

Com referência ao ano de 2010 em relação à captação de Empresas, a Casa do Trabalhador buscou a instalação da Empresa de Calçados Brasil, que se instalou no Bairro Vila Santa Izabel, inicialmente empregando 45 funcionários, com previsão para o até o final do ano de 2011, a contratação de mais funcionários, com estimativa de chegar a 200 funcionários em seu total.

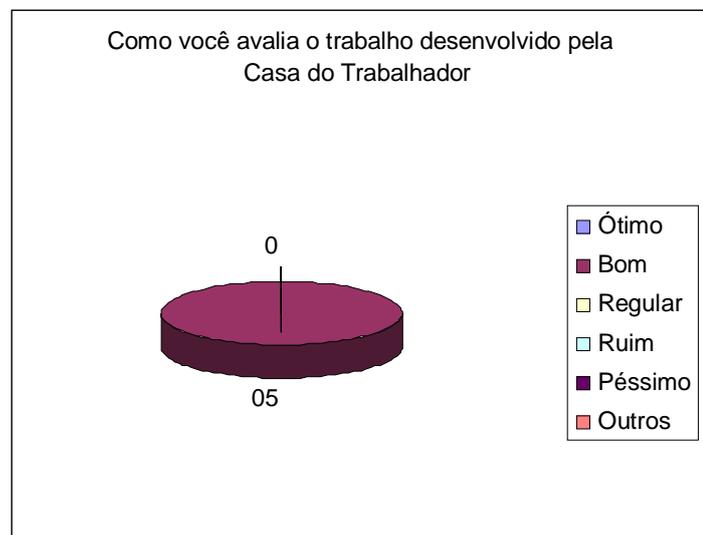
Em relação ao 1º semestre de 2011, como já foi mencionado anteriormente existe uma negociação com a FAMASTIL, a qual se optar pelo município pode nos trazer em torno de

700 novos empregos, essas negociações são realizadas em conjunto com a Casa do Trabalhador onde discuti os benefícios proposto pelo município à empresa.

Pode-se concluir com base na análise dos resultados da pesquisa que o impacto da criação da Casa do Trabalhador para as empresas se deve ao fácil acesso e comunicação e a mão de obra centralizada.

h) Como você avalia o trabalho desenvolvido pela Casa do Trabalhador?

Gráfico 16 - Como o empregador avalia o trabalho da Casa do Trabalhador



Fonte: O Autor

Com base na análise da pesquisa verifica-se que as empresas em sua maioria consideram bom o trabalho desempenhado pela Casa do Trabalhador.

Nessa perspectiva pode-se concluir nesse quesito da pesquisa que a Casa do Trabalhador vem exercendo suas atividades satisfatoriamente segundo os empregadores envolvidos nessa pesquisa.

i) Quais suas propostas/sugestões de melhorias para o funcionamento da Casa do Trabalhador?

Nesse quesito da pesquisa que se constituiu em uma pergunta aberta os respondentes elencaram as seguintes sugestões de melhorias para a Casa do Trabalhador:

- a) Busca de novas empresas para o setor de pecuária;
- b) Mais visitas da Casa do Trabalhador às empresas;

- c) Debate para discutir geração de emprego e renda.
- d) Fazer com que o poder público possa diversificar de maneira mais ostensiva o ramo da indústria de madeiras;
- e) Que possamos inserir mais jovens no ramo de prestação de serviços, efetuando cursos voltados para esse setor.

Segundo o gestor da Casa do Trabalhador, a Casa é o órgão responsável pela definição, execução e avaliação da política municipal de desenvolvimento, em consonância com o Plano Diretor do Município, promovendo ações voltadas para o desenvolvimento industrial, comercial e de geração de emprego e renda; divulgação dos potenciais econômicos do Município, articuladamente com outras unidades administrativas; incentivo à instalação, ampliação e modernização de empreendimentos voltados para o desenvolvimento econômico do Município; estímulo e apoio à pequena e média empresa e à instalação de distritos industriais; promoção de parcerias, envolvendo os estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços do Município; articulação com organismos federais e estaduais, organizações não governamentais e entidades privadas com o objetivo de aumentar a oferta de emprego no Município; outras competências afins para o bom desenvolvimento do Município.

As recolocações no mercado são de acordo com a procura, pois existem trabalhadores, que podem pegar o seguro e o fazem até completar o período, a Casa do Trabalhador possui um cadastro atualizado das empresas a nível municipal e as empresas da região que absorvem nossos trabalhadores, um canal aberto que as empresas assim que surge uma vaga, comunicam para agendar a seleção com divulgação via rádio comunitária, ou conforme o caso, se pega o cadastro de trabalhadores de acordo com o currículo solicitado e é feito o devido encaminhamento para as empresas, conforme suas solicitações.

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A proposta de intervenção sugerida à Casa do Trabalhador após a análise dos resultados da pesquisa concentra-se em:

- a) diversificar os cursos oferecidos pela Casa do Trabalhador, além de aumentar o número de vagas dos já existentes;
- b) prospectar maior número de empresas para a região, principalmente do setor secundário e terciário;
- c) buscar junto ao poder público aumento de benefício aos investidores em turismo, como descontos em IPTU e impostos municipais;
- d) realizar semanalmente a divulgação das vagas de empregos nas principais mídias locais;
- e) aumentar o número de visitas às empresas para acompanhar a flutuação e tendência do mercado de qualificação profissional;
- f) realizar com os empregados e empregadores, debates e palestras dos mais variados assuntos, incluindo a estes discutir geração de emprego e renda;
- g) aumentar a inserção de jovens no ramo de prestação de serviços, efetuando cursos voltados para esse setor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário das constantes transformações econômicas e a variação do mercado de trabalho constitui-se hoje uma das maiores preocupações de empregadores e trabalhadores na busca de uma colocação ou recolocação no mercado de trabalho.

Nesse contexto o Estado, pressionado por diversos atores sociais, implanta políticas públicas sobre a égide de um sistema público de emprego, como no caso desse estudo a Casa do Trabalhador do município de São Francisco de Paula, cujo objetivo consiste em suprir as necessidades de trabalhadores e empregadores através da intermediação de mão de obra.

Vale destacar que a experiência da Casa do Trabalhador além de realizar a intermediação de mão de obra, proporciona aos empregados cursos de qualificação profissional, constituindo-se como um valioso instrumento transformador da readequação das necessidades locais.

Com efeito, a presente pesquisa buscou diagnosticar com base no cadastro dos trabalhadores da Casa do Trabalhador, quais as áreas de mercado de trabalho no município de São Francisco de Paula possuem maiores procura e a conclusão a que se chegou foi que o setor secundário (indústrias de madeiras e calçados) é o setor com maior número de oferta de trabalho e também o mais procurado pelos trabalhadores, seguidos de setor terciário (comércio e serviço) e primário (pecuária e silvicultura), evidenciando uma retração desse segmento da economia local.

Embora a maior parte dos trabalhadores com cadastro na Casa do Trabalhador seja jovem, evidenciando uma tendência já apontada pelo DIEESE, às principais necessidades dos trabalhadores na busca por emprego se devem a carteira assinada, estabilidade e a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho, além da oportunidade de emprego no próprio município.

Com base na análise dos resultados da pesquisa pode-se concluir que embora a Casa do Trabalhador atenda as necessidades e a satisfação dos trabalhadores, a caminhada é continua em busca de aumento do número de empresas no município, principalmente do setor secundário e terciário.

No que tange as dificuldades de atuação da Casa do Trabalhador, a pesquisa evidenciou que os serviços públicos de intermediação de mão de obra assumem um grande valor social para a comunidade, haja vista o grau de satisfação de seus usuários, tanto

empregados como empregadores, o que pode ser atribuído a melhores condições de vida da comunidade de São Francisco de Paula.

Nessa perspectiva a experiência da Casa do Trabalhador no ano de 2010 realizou 357 encaminhamentos de candidatos à vaga de emprego, empregando 243 trabalhadores, ou seja, 68% dos que foram encaminhados conseguiram inserção no mercado de trabalho. Já no 1º semestre de 2011 foi encaminhado para a busca de trabalho 862 candidatos, e efetivamente contratados 586 trabalhadores (67%), destes 110 trabalhadores foram recolocados no setor de agropecuária (18,7%), 76 no comércio (12,9%), 11 no setor da madeira (1,8%), 19 no turismo (3,2%) e 370 trabalhadores no ramo calçadista (63,1%). Ademais, a Casa do Trabalhador conta atualmente com um banco de dados de 440 currículos prontos para serem apresentadas às empresas que disponibilizarem vagas.

A Casa do Trabalhador além de ofertar a intermediação de mão de obra, confeccionou 550 Carteias de Trabalho no ano de 2010, e no 1º semestre de 2011 confeccionou 330 novas carteiras, computando um total de 3000 atendimentos no ano de 2010 e no 1º semestre de 2011, 1600 atendimentos.

Por outro lado, ao analisar a percepção dos empresários e trabalhadores sobre as demandas de qualificação e profissionalização na Casa do Trabalhador, constatou-se que embora se sintam satisfeitos com os serviços ofertados, existe a necessidade de diversificar os cursos de qualificação ofertados aos trabalhadores, com aumento da carga horária dos já existentes.

A Casa do Trabalhador nesse quesito, no ano de 2010 e 1º semestre de 2011 realizaram uma parceria com o SINE, e com a empresa Mollino de Calçados, curso de qualificação profissional de Azulejista, Pedreiro, Costureira de Calçados, e Orientadora do Lar e Economia Doméstica, totalizando uma formação de 297 profissionais, beneficiando os interessados e direcionando para o mercado de trabalho, desse contingente de trabalhadores 235 foram absorvidos imediatamente no mercado de trabalho.

A percepção do empregador sobre as necessidades dos empregados na busca por emprego no município de São Francisco de Paula é basicamente a carteira assinada seguida da estabilidade, e o impacto da criação da Casa do Trabalhador para as empresas se deve ao fácil acesso e comunicação e a mão de obra centralizada.

Desse modo conclui-se que a presente pesquisa, sem a pretensão de esgotar o assunto, atingiu os objetivos a que se propôs, incentivando a partir dessa experiência da Casa do Trabalhador do município de São Francisco de Paula novas pesquisas sobre as dinâmicas do mercado de trabalho local.

REFERÊNCIAS

ASSIS, José Carlos de. **Trabalho como direito: fundamentos para uma política de pleno emprego no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

BRASIL. **Decreto Nº 2.208**, de 17 de Abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 17 de Abril de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em 15 jan. 2012.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. **Texto para discussão nº 1335: juventude e políticas sociais no Brasil**. Organizado por: Jorge Abrahão de Castro Luseni Aquino Organizadores. Brasília, Abril de 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf>. Acesso em 15 jan. 2012.

BRASIL. **Lei Nº 10.748**, de 22 de Outubro de 2003. Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego-PNPE, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de Fevereiro de 1988, e dá outras providências. Brasília, 22 de Outubro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.748.htm>. Acesso em: 15 jan. 2012.

BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 15 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação [MEC]. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [FNDE]. **Proep: apresentação**. Brasília: FNDE, 2009. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-concluidos-proep>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação [MEC]. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**: documento base. Brasília: [MEC], 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego [MTE]. **Apresentação**. 2012. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/apresentacao.htm. Acesso 28.01.2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego [MTE]. **Emprego e renda: seguro-desemprego**. 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/>. Acesso em: 07 jan. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Termo de referência para o Sistema Nacional de Emprego**. Brasília: [MTE], 2002.

CHRISTOPHE, Micheline. **A Legislação sobre a educação tecnológica, no quadro da Educação Profissional brasileira**. 2005. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/A_legislacao_sobre_a_educacao_tecnologica.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia em 10 lições**. Campinas: Makron Books, Unicamp, 2000.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini. M. Políticas públicas e sociais. *In*: CARVALHO, Alusson; SALES, Fátima (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2007

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS [DIEESE]. **Nota técnica nº 92**: outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec92IMO.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

GENTILI, Pablo A. A. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GIL, Antonio de Loureiro. **Qualidade total nas organizações**: indicadores de qualidade, gestão econômica da qualidade, sistemas especializados de qualidade. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENEZ, Denis Maracci. **Políticas de inserção dos jovens no mercado de trabalho**: uma reflexão sobre as políticas públicas e a experiência brasileira recente. [2012]. Disponível em: <http://prejal.oit.org.pe/prejal/docs/bib/200711170002_4_2_0.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2012.

GOLLER, Tânia Elenir. **Intermediação de mão-de-obra no SINE/RS em uma perspectiva de sistema público de emprego**. 2000. 232 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GOOGLE MAPAS. **São Francisco de Paula, RS**. 2012. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em 15 jan. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades@**: São Francisco de Paula, RS. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431820>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento, execução, análise. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PLANO Nacional de Qualificação – PNQ, 2003-2007. Brasília: MTE, SPPE, 2003. Disponível em: <http://www.sine.pr.gov.br/setp/cqp/Pnq_2003_07.pdf>. Acesso 26 fev. 2012.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto** [SMEC]. 2012. Disponível em: <<http://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/educacao.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Dados da Cidade**. Disponível em: <http://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/>. Acesso: 20.01.2012.

RADZINSKI, V. **Intermediação de mão-de-obra no sistema público de emprego no Paraná: um estudo de caso.** 2008. Xv, 242 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/14839/vilmar.PDF?sequence=1>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

RIBEIRO, Tatiane Ferreira. **Centro de eventos e requalificação do parque Davenir Peixoto em São Francisco de Paula.** 2010. 71 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo, 2010. Disponível em: <http://tconline.feevale.br/tc/files/9100_289.pdf>. Acesso: 20 jan. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda [SeFaz]. 2012. Disponível em: <<http://www.sefaz.rs.gov.br/Site/index.aspx>>. Acesso em: 21 jan.2012.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração:** guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. São Paulo: Atlas, 2005

SANTOS, Roseli Rêgo. **O princípio da busca do pleno emprego como aplicação da função social da empresa na lei de falências e recuperação de empresas.** [2012]. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/roseli_rego_santos.pdf. Acesso: 14 jan. 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

VISÃO. Agência de Desenvolvimento da Região das Hortênsias. **São Francisco de Paula.** 2012. Disponível em: <<http://www.visao.org.br/investimentos/sao-francisco-de-paula.php>>. Acesso: 21 jan. 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman.2001

ZYLBERSTAJN, Hélio; BALBINOTTO NETO, Giácomo. As teorias de desemprego e as políticas públicas de emprego. **Est. Econ**, São Paulo, n. 29, v.1, p. 129-149, jan./mar. 1999. Disponível em: <<http://dc378.4shared.com/doc/OsIAtnpd/preview.html>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

ANEXO A - FICHA CADASTRAL DE CANDIDATO,



CASA DO TRABALHADOR

FICHA CADASTRAL DE CANDIDATO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

CARGO PRETENDIDO: _____ DATA: _____

NOME COMPLETO: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____ IDADE: _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ TELEFONES: _____

ESTADO DE VIDA: () MORA SOZINHO () MORA COM A(O) COMPANHEIRA(O)/ESPOSA(O)

() MORA COM OS PAIS () OUTRO: QUAL? _____

ESPOSO(A) TRABALHA? SIM () NÃO ()

LOCAL: _____ FUNÇÃO: _____

TEM FILHOS? SIM () NÃO () QUANTOS? _____ IDADE(S): _____

NOME DO PAI: _____

NOME DA MÃE: _____

GRAU DE INSTRUÇÃO:

() ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO () ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

() ENSINO MÉDIO INCOMPLETO () ENSINO MÉDIO COMPLETO

() ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO () Ensino superior

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO (EXEMPLOS: INFORMÁTICA, LÍNGUA ESTRANGEIRA, OUTROS):

DOCUMENTAÇÃO:

CARTEIRA DE TRABALHO: _____

CARTEIRA DE IDENTIDADE: _____ CPF: _____

CERTIDÃO DE RESERVISTA: _____

PIS: _____ TÍTULO ELEITORAL: _____

CARTEIRA DE HABILITAÇÃO: () SIM () NÃO CATEGORIA: _____

ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO () CASADO () DIVORCIADO () SEPARADO JUDICIALMENTE

REFERÊNCIAS PROFISSIONAIS:

ÚLTIMA EMPRESA QUE TRABALHOU: _____

CIDADE: _____ ÚLTIMO SALÁRIO: _____

CARGO/FUNÇÃO: _____

ADMITIDO EM: _____ DESLIGADO EM: _____

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS: _____

PENÚLTIMA EMPRESA QUE TRABALHOU: _____

CIDADE: _____ ÚLTIMO SALÁRIO: _____

CARGO/FUNÇÃO: _____

ADMITIDO EM: _____ DESLIGADO EM: _____

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS: _____

(APÊNDICE A - ENTREVISTA GESTOR CT (SECRETÁRIO MUNICIPAL DA PASTA) SECRETÁRIO DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL)

- 1) Quais são as principais necessidades dos empregados na busca por emprego no município de SFP?
- 2) Quais as principais necessidades das empresas na busca por trabalhadores?
- 3) Qual o impacto da criação da Casa do Trabalhador na vida dos trabalhadores?
- 4) Qual o impacto da criação da Casa do Trabalhador nas empresas?
- 5) Como é feita a captação de novas empresas para o município?
- 5.1) Como é feita a captação de novas vagas junto às empresas do município e região?
- 6) Quais as dificuldades/problemas enfrentados para o funcionamento da CT?
- 7) Qual a relação da CT com os empregadores, com as os trabalhadores e com o executivo municipal?
- 8) Quais as propostas/sugestões de melhorias para o funcionamento da CT?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA OS EMPREGADOS

1) Quais são as principais necessidades dos empregados na busca por emprego no município de SFP?

- a) Carteira assinada
- b) Estabilidade
- c) Ingressar no mercado de trabalho
- d) Outros _____

2) Qual o setor da economia que você procura com mais frequência:

- a) primário (Pecuária, Silvicultura)
- b) secundário (indústrias de madeiras, calçados)
- c) terciário (comércio e serviço)
- d) Outros _____

3) Qual importância você atribui aos cursos de qualificação para atuar na vaga pretendida?

01	02	03	04	05
SEM IMPORTÂNCIA	POUCA IMPORTÂNCIA	INDIFERENTE	IMPORTANTE	MUITO IMPORTANTE

4) Qual a sua opinião sobre os cursos de capacitação ou qualificação oferecidos pela CT?

01	02	03	04	05
RUIM	REGULAR	INDIFERENTE	BOA	ÓTIMA

Por quê? _____

5) Qual o impacto da criação da Casa do Trabalhador?

- a) Melhora da qualidade de vida
- b) A possibilidade de um emprego no próprio município
- c) Fácil acesso
- d) Oportunidade de emprego
- e) Outros _____

6) Como você avalia os serviços prestados pela Casa do Trabalhador?

- a) () ótimo
- b) () bom
- c) () regular
- d) () ruim
- e) () péssimo

7) Quais suas as propostas/sugestões de melhorias para o funcionamento da Casa do Trabalhador?

APENDICE C - QUESTIONÁRIO PARA OS EMPREGADORES

1) Quais são as principais necessidades dos empregados na busca por emprego no município de SFP na sua percepção como empregador? (a resposta pode ser múltipla)

- a) Carteira assinada
- b) Estabilidade
- c) Ingressar no mercado de trabalho
- e) Mão de obra qualificada
- f) Facilitar o recrutamento de mão de obra
- g) Outras: _____

2) Qual o setor da economia que você empregador procura com mais frequência:

- a) primário (Pecuária, Silvicultura)
- b) secundário (indústrias de madeiras, calçados)
- c) terciário (comércio e serviço)

3) Quais as principais necessidades da sua empresa na busca por trabalhadores?

- a) com experiência
- b) com qualificação
- c) com disponibilidade de horários
- d) Outros _____

4) Você concorda que o empregado tenha cursos de qualificação para atuar na vaga oferecida?

01	02	03	04	05
DISCORDO COMPLETAMENTE	DISCORDO	INDIFERENTE	CONCORDO	CONCORDO PLENAMENTE

Por quê? _____

5) Qual a sua opinião sobre a importância dos cursos de capacitação e ou qualificação ofertados pela Casa do Trabalhador a comunidade local.?

01	02	03	04	05
SEM IMPORTÂNCIA	POUCA IMPORTÂNCIA	INDIFERENTE	IMPORTANTE	MUITO IMPORTANTE

6) Qual o impacto da criação da Casa do Trabalhador na vida dos trabalhadores como empregador?

- a) () Melhora da qualidade de vida
- b) () A possibilidade de um emprego no próprio município
- c) () Fácil acesso
- d) () oportunidade de emprego
- e) () Outros

7) Qual o impacto da criação da Casa do Trabalhador para sua empresa e setor?

(a resposta pode ser múltipla)

- a) () Fácil acesso e comunicação
- b) () Mão de obra centralizada
- c) () Indiferente
- d) () Outros

9) Como você avalia o trabalho desenvolvido pela Casa do Trabalhador?

- a) () ótimo
- b) () bom
- c) () regular
- d) () ruim
- e) () péssimo
- e) () Outros _____

10) Quais suas propostas/sugestões de melhorias para o funcionamento da Casa do Trabalhador?
